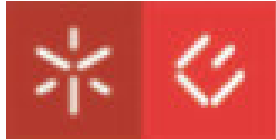


Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Andreia Catarina Lima Martins

Políticas Europeias, Desenvolvimento Local e Turismo: Balanço de uma intervenção da ARDAL (Associação Regional de Desenvolvimento do Alto Lima) em 3 aldeias do interior do Minho



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Andreia Catarina Lima Martins

Políticas Europeias, Desenvolvimento Local e
Turismo: Balanço de uma intervenção da ARDAL
(Associação Regional de Desenvolvimento do Alto
Lima) em 3 aldeias do interior do Minho

Relatório de Estágio
Mestrado em Políticas Comunitárias e Cooperação
Territorial

Trabalho realizado sob a orientação do
Prof. Doutor Joel Felizes

Outubro 2016

Declaração

Nome: Andreia Catarina Lima Martins

Endereço eletrónico: pg27244@alunos.uminho.pt

Telefone: 961055907

Número do cartão de cidadão: 14351636 1ZY7

Título da tese: Políticas Europeias, Desenvolvimento Local e Turismo: Balanço de uma intervenção da ARDAL (Associação Regional de Desenvolvimento do Alto Lima) em 3 aldeias do interior do Minho

Orientador: Professor Doutor Joel Felizes

Ano de conclusão: 2016

Designação do mestrado: Mestrado em Políticas Comunitárias e Cooperação Territorial

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO , MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A QUAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, __/__/____

Assinatura: _____

Agradecimentos

Gostaria de agradecer primeiramente à minha Universidade do Minho, pela qual tenho um enorme carinho, a minha casa durante estes 5 anos.

Ao meu Orientador Professor Doutor Joel Felizes, por me guiar nos momentos em que estava sem rumo durante a elaboração do meu relatório, por me apoiar nas minhas opções e pela disponibilidade dispensada.

À professora Ana Paula Brandão, por me ter dado indicações e ajudado a escolher qual o meu rumo e a minha área de estudos.

A todos os meus colegas do mestrado, que para além de colegas, éramos uma equipa que sempre se enteraajudou.

Às técnicas da ARDAL Otilia Xavier, Catarina Brito e Cristina Rodrigues, que me apoiaram durante a realização do meu estágio, demonstrando total disponibilidade, nunca colocando entraves ao meu acesso à informação necessária.

Um agradecimento também, aos funcionários da Porta do Mezio, Isabel Gonçalves e Dominico Gomes, que me acolheram calorosamente e sempre me apoiaram.

Ao Dr. Pedro por me ter acolhido para realizar o meu estágio na associação por si dirigida e por sempre me ter ajudado durante esse tempo.

Ao meu pai e à minha mãe, que sempre me ajudaram durante o meu percurso académico, apoiando-me em todas as minhas opções.

Ao meu namorado André Correia pela paciência e compreensão que teve comigo, principalmente durante esta etapa.

Resumo

A região do Minho interior, durante muitos anos e até ao início deste século, viveu uma situação de estagnação ao nível do desenvolvimento, uma estagnação motivada, entre outros aspetos, pela longa história de pessoas que foram forçadas a emigrar pela situação política e económica gerada pelo regime de Salazar, o que criou uma região isolada a nível nacional, de certo modo adormecida num recanto do Minho.

Porém, nas últimas décadas, os fundos estruturais, aliados a uma nova mentalidade dos proprietários e das entidades responsáveis pela região, ajudaram a consolidar uma nova esperança, quer com o desenvolvimento da agricultura, quer com o turismo rural, que foram ganhando proporção com as medidas operadas pelo PO Norte, através do FEOGA Orientação.

Igualmente, através do PRODER, Programa Operacional dedicado ao desenvolvimento rural, foram feitos investimentos que promoveram estes setores de atividade. No caso dos núcleos rurais de Sistelo, Ermelo e Soajo, as intervenções que foram feitas entre 2001 e 2003 são consideradas uma reviravolta na dinâmica destas aldeias. A ARDAL promoveu, em parceria com a ADRIL e a ADERE-PG, uma série de candidaturas a projetos (pelos proprietários privados e públicos), que depois se transformou numa candidatura conjunta promovida pela VALIMA. Foram intervencionados 3 núcleos em cada candidatura, pertencentes aos concelhos de Ponte de Lima, Ponte da Barca e Arcos de Valdevez. Foram intervenções que visavam o melhoramento das infraestruturas e condições destes núcleos populacionais, de modo a enquadrá-los na paisagem típica da região, e desse modo conseguindo a sua classificação como aldeias históricas, aguçando o interesse de um novo tipo de turismo, o turismo rural.

Passados 15 anos, este trabalho agora apresentado pretende apurar se o que se fez teve um impacto duradouro ou se ele foi apenas momentâneo. Em 2016 temos novos desafios como anteriormente não tínhamos e que passam por uma certa saturação do Minho pelas temáticas do turismo rural e do desenvolvimento rural, pelos novos tipos de turismo de massas, pela dificuldade na publicidade, pelos elevados preços praticados em algumas das casas de turismo rural, que muitas vezes não refletem a qualidade oferecida, ou ainda pela persistência da construção de novas residências muito desenquadradas do aspeto tradicional e, por fim, e o mais importante, pelo problema do envelhecimento da população, que transporta o risco do fim de muitas das tradições trazidas na memória dos mais velhos.

Palavas-chave: Desenvolvimento rural, turismo rural, Minho, fundos comunitários, ARDAL.

Abstract

The inland region of Minho, for many years and until the beginning of this century, lived a situation of stagnation of its development, a stagnation that was motivated, among other things, by the long history of people who were forced to emigrate by the political and economic situation generated by the Salazarist dictatorship, which created an isolated region at the national level, in a way asleep in a corner of Portugal's Northwest.

But in recent decades, the EU structural funds, together with a new mentality of the owners and the entities responsible for the region, helped consolidate a new hope, whether with the development of agriculture or with rural tourism, which have been gaining momentum with policies promoted e.g. through the EAGGF Guidance Section.

Also, through the PRODER, Operational Program dedicated to rural development, investments were made that promoted these sectors of activity. In the case of the rural communities of Sistelo, Ermelo and Soajo, those interventions that took place between

2001 and 2003 are considered a turning point in the dynamics of these villages.

Several development associations in the region (ARDAL, ADRIL, ADERE-PG) promoted a number of applications for projects (by private and public owners), which later became a joint bid promoted by VALIMA. They intervened on three communities in each application, belonging to the municipalities of Ponte de Lima, Ponte da Barca and Arcos de Valdevez. These were interventions aimed at improving the infrastructure and conditions of these villages in order to fit them in the typical landscape of the region, and thereby achieving their classification as historic villages, whetting the interest of a new type of tourism, tourism in rural areas.

After 15 years, this work now presented aims to establish whether what was done had a lasting impact or if it was only momentary. In 2016 we have new challenges, such as the case of a certain saturation, in Minho, of the market and even the theme of rural tourism and rural development. Other challenges are, e.g. the upcoming of a new type of mass tourism, the difficulty in advertising, the higher prices in some of the cottages, which often do not reflect the quality offered, or the persistence of construction on these villages of new houses, very disparate to the traditional architecture, and finally, and most importantly, the population aging problem, which carries the risk of the end of many of the traditions kept in the memory of the elders.

Keywords: rural development, rural tourism, Minho, EUfunds, ARDAL.

Índice Geral

Mapa De Siglas	4
Introdução – Objetivos Gerais Contexto do Estágio.....	6
1. Turismo e desenvolvimento rural, um contributo em prol da população em ambiente rural.....	9
1.1. O desenvolvimento rural no contexto da PAC	15
2. A Política Agrícola Comum e a Diminuição das Assimetrias Regionais	17
2.1. OFEOGA-O e a sua evolução como impulsionador do desenvolvimento rural..	19
3. 20 Anos de Fundos Estruturais em Portugal: Impactos Socioeconómicos	23
3.1.Cinco gerações de fundos estruturais em Portugal.....	25
3.2. Financiamento dos Períodos Programáticos	29
4. O QCA III, o Programa Operacional do Norte e as Avaliações Intercalares	32
4.1.Avaliações intercalares e reprogramações do QCA III	33
4.2. Avaliação intercalar e reprogramação do PO AGRO.....	35
4.3. O PO Norte e a Medida 7.1 (Agricultura e Desenvolvimento Rural)	37
4.3.1. Medida3.11.– Agricultura e Desenvolvimento Rural (FEOGA)	41
5. Aldeias Rurais do Vale do Lima.....	43
5.1. Soajo	47
5.2. Ermelo	49
5.3. Sistelo	51
6. Observação do Terreno e Entrevistas	53
6.1. O caso do Soajo. O antes e o depois.....	53
6.2. O Ermelo: um território desertificado	55
6.3. Sistelo: o pequeno oásis	57
6.4. Entrevistas com os responsáveis pelas candidaturas.....	59
Conclusão	65
Bibliografia	67
Anexos	73

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Cinco Objetivos do QCA I.....	26
Tabela 2 - Três Objectivos Prioritários da Reforma de 1999.....	27
Tabela 3 - Financiamento dos Programas Operacionais Regionais – Eixo II.....	31
Tabela 4 - Valores da revisão intercalar do QCA III de novembro de 2004	34
Tabela 5 – Eixos do programa operacional para a agricultura e desenvolvimento rural	35
Tabela 6 – Eixos do Programa Operacional Norte e respetivo financiamento.....	40
Tabela 7 - 8 Ações da medida AGRIS.....	42
Tabela 8 - Dados Estatísticos dos Núcleos Rurais do Vale do Lima.....	45
Tabela 9 - Desafios do desenvolvimento rural atual (síntese de entrevista)	59
Tabela 10 – Papel da qualificação da oferta turística e da cooperação entre parceiros no desenvolvimento do turismo rural (síntese de entrevista).....	60
Tabela 11 - Benefícios que podem ser gerados num território através do turismo (síntese de entrevista).....	61
Tabela 12 – Importância da identidade do território e da manutenção das suas características históricas para o desenvolvimento do turismo rural (síntese de entrevista)	62
Tabela 13 – Balanço, após 10 anos, das intervenções levadas a cabo, nomeadamente do seu efeito no turismo após 10 anos (síntese de entrevista)	63
Tabela 14 – Opinião sobre se o que foi feito em 2000 teria o mesmo impacto hoje (síntese de entrevista).....	63
Tabela 15 – Perspetivas para uma intervenção semelhante na atualidade (síntese de entrevista)	64

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Peso percentual dos Fundos Estruturais no PIB em Portugal	23
Gráfico 2 - Financiamento dos Períodos Programáticos até 2006.....	29
Gráfico 3 - Financiamento do Programa Operacional Ruris, Especificamente a Ação 7 do Eixo III	30
Gráfico 4 - Distribuição da população por setores (Fonte: INE, 2011)	47

Gráfico 5 – Evolução demográfica em Soajo, (1981/1991/2011)	48
Gráfico 6 - Evolução demográfica em Ermelo, (1981/1991/2011).....	50
Gráfico 7 - Evolução demográfica em Sistelo, (1981/1991/2011).....	51

Índice de Imagens

Imagem1- O duplo efeito do Turismo em Espaço Rural	14
Imagem2 -Mapa das aldeias rurais do Vale do Lima	44
Imagem3 –Casa ainda não intervencionada (Soajo,2000)	54
Imagem4 – Casa ainda não intervencionada (Soajo,2000)	54
Imagem5 – Casa intervencionada (Soajo, 2016)	54
Imagem6 - Casa intervencionada (Soajo, 2016)	54
Imagem7 –Rua intervencionada (Soajo, 2016)	54
Imagem8 –Casa ainda não intervencionada(Ermelo, 2000)	56
Imagem9 - Casa ainda não intervencionada (Ermelo, 2000)	56
Imagem10 - Casa ainda não intervencionada (Ermelo, 2000)	56
Imagem12 – Parque intervencionado (Ermelo, 2016	57
Imagem11 - Casa ainda não intervencionada (Ermelo, 2000)	57
Imagem13 – Casa Intervencionada (Ermelo, 2016)	57
Imagem14 – Casa Intervencionada (Ermelo, 2016)	57
Imagem15 – Casa intervencionada (Ermelo, 2016)	57
Imagem16 – Casa intervencionada (Ermelo, 2016)	57
Imagem17 - Casa não intervencionada (Sistelo, 2000)	58
Imagem18 – Espaço intervencionado (Sistelo, 2016).....	58
Imagem19 – Casa intervencionada (Sistelo, 2016)	59
Imagem20 – Casa intervencionada (Sistelo, 2016)	59

Mapa De Siglas

ADERE PG – ADERE Peneda Gerês

ADRIL - Associação do Desenvolvimento Rural Integrado do Lima

AGRIS - Medida Agricultura e Desenvolvimento Rural dos Programas Operacionais Regionais

AGRO - Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural

ARDAL - Associação Regional de Desenvolvimento do Alto Lima

CE – Comissão Europeia

CEE - Comunidade Económica Europeia

EAGGF - European Agricultural Guarantee Fund

ECU- Unidade de Conta Europeia

EM – Estado-membro

FC – Fundo de Coesão

FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEAGA - Fundo Europeu Agrícola de Garantia

FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FOGA-O - Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola – Seção Orientação

FOGA -G - Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola – Seção Garantia

FSE – Fundo Social Europeu

GAL- Gabinetes de Ação Local

IFOP - Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca

IGFSE - Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu

INCM – Imprensa Nacional – Casa da Moeda

LEADER - Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural

OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico

ON - Operação Norte

PAC – Política Agrícola Comum

PDR – Programa de Desenvolvimento rural 2014-2020

PENT - Plano Estratégico Nacional do Turismo

PIB P.C. – Produto Interno Bruto Per Capita

PO – Programa Operacional

PO AGRO - Programa Operacional da Agricultura e Desenvolvimento Rural

PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural

PNPG - Parque Nacional da Peneda-Gerês

QREN - O Quadro de Referência Estratégico Nacional

RURIS - Plano de Desenvolvimento Rural

UE. – União Europeia

VALIMA – Associação de Municípios do Vale do Lima

ZPE – Zonas de Proteção Especial

Introdução – Objetivos Gerais Contexto do Estágio

O crescimento do turismo na região interior do Minho alterou bastante a sua dinâmica nas últimas décadas. Sendo uma atividade económica que abarca uma grande diversidade de práticas, no caso do turismo em espaço rural, este tem, de uma forma geral, a vantagem de poder aliar-se a dinâmicas que também favorecem a preservação ou mesmo a valorização dos vários tipos de patrimónios e recursos existentes numa região. Daí que, no caso do Alto Minho, este seja objeto de especial atenção por parte de entidades como as associações que, em estreita colaboração com as autarquias locais, procuram promover o desenvolvimento da região, incorporando a valência da oferta turística com outras políticas de desenvolvimento rural mais tradicional, como o caso da própria promoção das atividades económicas nucleares, ligadas à agricultura, à pecuária e à silvicultura.

Em 2000 a VALIMA (Associação de Municípios do Vale do Lima) em parceria com a ADERE-PG (Associação de Desenvolvimento das Regiões do Parque Nacional da Peneda-Gerês), a ADRIL (Associação do Desenvolvimento Rural Integrado do Lima) e a ARDAL (Associação Regional de Desenvolvimento do Alto Lima), associações de desenvolvimento local do Alto Minho, estabeleceram uma parceria que levou a uma intervenção em nove núcleos populacionais, que foi concretizada em 3 fases de candidaturas de 4 núcleos por fase. Estas candidaturas visavam o melhoramento do aspeto exterior das habitações (promotores privados) e o melhoramento do aspeto adros de igrejas, ruas centrais, moinhos e pelourinhos (promotores públicos).

No que concerne aos aspetos gerais desta iniciativa já foram entretanto elaborados e apresentados alguns trabalhos, seja sobre a temática do turismo rural ou sobre o papel do território no turismo, nomeadamente no âmbito do I Encontro Nacional do Turismo de Habitação (Ponte de Lima, 12 e 13 de março de 1993). Não obstante, parecem ser insuficientes as investigações que incidam

na problemática do papel das associações de desenvolvimento local no turismo destas regiões tipicamente históricas (Cadima Ribeiro, 2011).

Com este relatório agora apresentado pretendemos então conhecer de forma mais aprofundada o papel que efetivamente as associações de desenvolvimento local tiveram na promoção do turismo nestas aldeias históricas. Uma vez que, como já foi mencionado, foram realizados alguns investimentos nestas aldeias, procuramos perceber de que modo as populações encaram, volvidos estes anos, a utilidade desses investimentos, bem como tentamos apurar qual foi o impacto que este projeto teve nos núcleos rurais e se houve disparidades entre as diferentes aldeias.

Deste modo, este trabalho procura, em termos simples, responder a estas duas questões: por um lado, qual foi o papel que as associações desenvolvimento local tiveram na alteração da dinâmica do turismo; por outro, passados 15 anos, fomos aos locais perceber como estavam as casas e as aldeias que foram objeto de intervenção: terá valido a pena o investimento?

Este trabalho tem como ponto de partida um estágio realizado na ARDAL. A Associação Regional de Desenvolvimento do Alto Lima (ARDAL) foi criada em 29 de fevereiro de 2000 (ARDAL, 2000), sendo uma organização sem fins lucrativos. Ela surgiu inicialmente com o objetivo de promover o desenvolvimento local das regiões que integram o concelho de Arcos de Valdevez, objetivando o melhoramento das condições de vida (materiais e culturais) da população, através de iniciativas de tipo comunitário. Deste modo, ambiciona, em parceria com as populações locais, a valorização dos recursos naturais, históricos e humanos. A ARDAL proporciona o apoio ao desenvolvimento de iniciativas locais, desde que tenham como propósito a valorização dos locais, e formula pareceres em relação a questões relacionadas com política, meios e práticas de desenvolvimento local, funcionando assim como um patamar intermédio entre a população local e a União Europeia.

A ARDAL foi a associação escolhida para este estágio devido ao seu papel importante na sociedade ao nível do desenvolvimento local, nomeadamente neste caso concreto do melhoramento arquitetónico em aldeias situadas no Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG), uma área de intervenção que despertou o nosso interesse, dada a importância do objetivo de proporcionar melhores condições de habitabilidade, e consequentemente de vida, a populações muitas vezes desfavorecidas devido ao seu afastamento dos grandes centros populacionais.

O estágio decorreu entre o dia 1 de novembro de 2015 e 1 de fevereiro de 2016, tendo a atividade sido concentrada na Porta do Mezio, uma das principais entradas para o PNPG, gerida e coordenada pela ARDAL e situada em Cabana Maior, no concelho de Arcos de Valdevez. Durante o período de estágio, que também coincidiu com a altura das festividades natalícias, realizámos igualmente atividades de apoio à instalação de decorações de Natal na área da Porta do Mezio, no âmbito do tema “Aldeia Natal”, bem como algumas traduções de documentação de apoio à exposição “Núcleo Megalítico do Mezio”. Também colaborámos nas visitas guiadas de escolas à Porta do Mezio e na receção a outros visitantes. Ainda demos alguma colaboração no âmbito da preparação de uma candidatura da ARDAL, em parceria com a Adere-PG, na área da proteção ambiental.

A estratégia seguida nesta investigação centra-se, nas partes iniciais, numa pesquisa bibliográfica e documental, focada em questões teóricas de alcance geral e, depois, numa apresentação do desenho geral das políticas que enquadraram os apoios dos fundos estruturais da União Europeia. Na parte final, focamos o relatório na apresentação dos principais resultados das nossas observações e das entrevistas feitas à população residente nos núcleos e também a alguns dos técnicos que intervieram nos projetos.

1. Turismo e desenvolvimento rural, um contributo em prol da população em ambiente rural.

A crescente integração do património nas dinâmicas de desenvolvimento económico cultural e social demonstra um conjunto de estratégias que compreendem o empenho no aprofundar de variantes de turismo como o turismo cultural, de aldeia e de natureza construção de parques temáticos, proteção de locais de preservação histórica e cultural, requalificação urbanística e ambiental (Paulo Carvalho, 2011).

O estudo do meio rural e do seu funcionamento surgiu no início do século XX, onde já se distinguia o meio rural do meio urbano. Posteriormente, já no século XXI, surgiu uma nova conceção agrícola baseada na agricultura e nos agricultores bem como no enaltecimento de novas atividades como a renovação e a sustentabilidade do mundo rural que acompanhou, a nível temporal, o surgimento do interesse que as populações urbanas têm em visitar as áreas rurais.

Segundo Baptista (2001), em meados do século XXI, essa realidade foi-se alterando e assumiu novos contornos onde a grande propriedade já não tem tanta relevância, a agricultura foi-se modernizando, a população rural obtém rendimentos nas cidades e suas adjacências e a própria indústria foi-se introduzindo no meio rural: “o espaço é agora procurado por urbanos, consumidores da natureza e das atividades que esta proporciona, o mercado já não se limita a pôr em relação através das trocas de produtos agrícolas e de equipamentos e tecnologias, dois espaços produtos: a cidade industrial e o campo agrícola. Hoje envolve todo o território numa teia diferenciada de atividades e de fluxos económicos”.

Baptista, que investigou a realidade da Europa do sul, revela que o elemento que ainda se destaca por ser o diferenciador entre o rural e o urbano é o tamanho dos aglomerados populacionais. Dentro da mesma linha de pensamento, Terluin (2003) assume que a zona rural é uma unidade territorial que é obrigatoriamente circundada por uma ou mais cidades de pequena a média dimensão e a economia dessa região prende-se a actividades maioritariamente agrícolas, industriais e de serviços, onde a densidade populacional é baixa.

Assim pudemos concluir que, apesar de vários autores terem diversas perspetivas acerca do rural e a sua definição ser praticamente inesgotável, há aspetos comuns que podemos ressaltar como: o meio rural não é definição de um meio exclusivamente agrícola; o meio rural, para além de ser multisetorial (absorve diversas atividades), também é multifuncional, pois essas atividades vão desde a produtiva, ambiental, social e cultural.

As áreas de cariz rural caracterizam-se por uma densidade populacional baixa a moderada, o que pode inclusivamente contribuir para a sua diferenciação legal e, por fim, não há uma distanciação absoluta entre o rural e o urbano.

O desenvolvimento rural, para Terluin, dificilmente pode ser explicado de uma maneira satisfatória por uma teoria exclusiva de uma área de estudo: o caso do desenvolvimento rural carece de uma disciplina dedicada especificamente a ele e por isso tem de recorrer a outras disciplinas. Para o estudo do desenvolvimento rural podemos identificar 3 enfoques:

- i. O desenvolvimento exógeno, onde neste caso o desenvolvimento impõe-se por forças externas, um exemplo disso é a implementação das políticas agrícolas de origem comunitária.
- ii. O desenvolvimento endógeno é gerado por recursos locais onde os atores e instituições tem um papel fulcral.
- iii. E, por fim, o desenvolvimento rural pode ser impulsionado por um conjunto de atores internos e externos, em que os atores locais estão implicados numa série de redes externas que podem variar entre regiões.

Segundo Van Deg Ploeg et al. (2000), o modelo de modernização da agricultura tem vindo a dominar o modelo das políticas europeias de modo a melhorar o desenvolvimento das comunidades rurais, e deste modo elevar a Europa a um novo paradigma, na qual se adaptou um modelo para o modernizado setor agrícola, em que os objetivos são a promoção do bem público, da paisagem, da busca de sinergias com ecossistemas locais, da valorização das economias de escopo [diversificada] em detrimento das economias de escala e da pluriatividade das famílias rurais. Resumindo, o desenvolvimento rural procura maneiras de redução dos custos a nível das trajetórias económicas, tenta reconstruir a agricultura em termos regionais e globalmente significando assim “uma saída para as limitações e alta de perspetivas intrínsecas ao paradigma da modernização e acelerado aumento de escala e industrialização que ele impõe” (p.395): daí que se especifique o desenvolvimento rural como um processo multinível, multi-atores e multifacetado.

Para Sacco dos Anjos (2003), o método político da Comissão Europeia permitiu que entre os fins dos anos 1980 e o início dos anos 1990 se atingissem novos enfoques na investigação do desenvolvimento rural. Método conseguido através do reconhecimento que a modernização agrícola implicará sempre a redução do emprego agrícola, não obstante as populações poderem sempre optar por se manterem na região com um emprego não agrícola, dinamizando e desenvolvendo outras áreas. Com o aumento do desemprego nas grandes cidades, deveria funcionar como dissuasor das populações abandonarem o meio rural e, assim, as funções do espaço agrícola passariam a ter novas prioridades, em que a única deixa de ser a atividade produtiva e passa a haver

outras como a turística e a paisagística, e por isso o abandono da atividade agrícola não implica a falência da família, que até então subsistiria com o pequeno minifúndio familiar, mas sim o incentivo a um empreendedorismo rural protagonizado por população mais jovem.

Esta característica multifuncional das áreas tipicamente rurais está descrita pelo Parlamento Europeu em documentos sobre a reforma da PAC de 1999, pois os dois pilares desta reforma são a “criação de uma agricultura competitiva, sustentável, orientada para a qualidade que respeite o ambiente e a elaboração de um novo quadro para o desenvolvimento rural. Juntos, esses pontos estabelecem o contexto para uma política rural europeia baseada em três princípios: não há desenvolvimento rural sem agricultura; não há agricultura e agricultor sem outras atividades; e não há outras atividades sem o desenvolvimento de vilas e cidades de pequeno e médio porte”.

Embora a agricultura continue a ser o ponto fulcral na economia rural, em grande parte das áreas esta já não é imprescindível, o agricultor é-o cada vez mais a tempo parcial e os empregos não agrícolas são cada vez mais expressivos nas zonas rurais.

Para a OCDE o elemento-base a par do desenvolvimento rural é a criação de empregos e o ponto de partida é a globalização económica, onde a cada vez maior valorização da inovação tecnológica face aos recursos humanos levou a uma mudança estrutural que conduz as regiões rurais economicamente integradas, que esta organização tipifica do seguinte modo:

- a) As zonas rurais que estão perto de um centro urbano são as mais desenvolvidas, pois combinam as vantagens da vida de campo com vida na cidade e por consequência possuem uma oferta diversificada de emprego.
- b) As zonas rurais intermediárias são áreas desenvolvidas maioritariamente no sector agrícola e todas as atividades a ele associadas são relativamente afastadas de centros urbanos, não obstante possuírem uma rede de comunicações funcional em que se começa a estruturar a oferta de emprego de acordo com as atividades ali situadas.
- c) E, por fim, zonas rurais isoladas em que os núcleos populacionais são dispersos e localizam-se afastados dos centros urbanos, a qualificação da mão-de-obra é relativamente baixa, bem como as rendas e remunerações, e a estrutura laboral é tipicamente ligada à agricultura.

O enfoque para todas as zonas é o de potenciar o seu desenvolvimento endógeno através de medidas que tenham em consideração cada tipo de zona. A OCDE ainda indica que, para todas as regiões rurais, deve haver políticas que visem por exemplo a melhoria da qualidade de vida e que lutem contra o isolamento (OCDE, 1995).

Epstein e Jezepeh (2001) propõem que, para os países em desenvolvimento, deveria adequar-se um “paradigma de desenvolvimento com base na parceria rural-urbano”, sendo que, no caso dos países menos desenvolvidos, aqueles em que a população rural é maioritária, eles tendem a concentrar os seus recursos no potenciamento da indústria urbana, gerando assim ainda mais migrações internas: os autores sugerem pois o reformular desta teoria e que se concentre o desenvolvimento maioritariamente nas zonas rurais de modo a prender a população nestas regiões.”

Assim sendo, o desenvolvimento rural distingue-se pelo facto de se referir a um patamar territorial, regional ou local, multissetorial, possuindo setores produtivos e de apoio.

Assim, a função produtiva, que anteriormente era restrita à agricultura, agora centra-se em atividades como o artesanato, o turismo rural e a conservação do ambiente. A função da população, que em outros tempos era a de fornecer mão-de-obra para as cidades, agora é a do desenvolvimento de serviços e empregos que mantenham as pessoas nos espaços rurais: por estes motivos podemos considerar o desenvolvimento rural como de tipo multifuncional.

O turismo rural tem sido assumido como o impulsionador do desenvolvimento socioeconómico e como um fator revitalizador das zonas rurais, em especial das mais devastadas com o abandono da atividade agrícola, originando assim novas condições de emprego, melhorando o desenvolvimento e a capacidade económica da população rural. “Tendo por base o património natural e cultural do território, o turismo rural valoriza-os criando a partir deles produtos que contribuem para o desenvolvimento local e para a preservação e conservação desse património” (Pedro Teixeira, 2003).

Em função da diversidade de património e paisagens, a oferta torna-se multifacetada proporcionando diversos atrativos, como um alargado leque de eventos, serviços e elementos que dão resposta aos diversos tipos de procura. O crescimento da procura de turismo rural corresponde à necessidade dos novos turistas da procura por produtos de qualidade superior, proporcionando um atendimento personalizado e individual, intimista e de aproximação das paisagens, da natureza e das tradições rurais.

Tem-se verificado um aumento do turismo rural: segundo dados da maior feira de turismo do mundo (a ITB, realizada em Berlim), em 2011 a procura do turismo rural gerou 13,4 milhões de viagens dentro da União Europeia, representando 5,4% do total de viagens de lazer efetuadas nesse mesmo ano. Espera-se que este tipo de turismo continue a aumentar, pois cada vez mais este turismo parece ser alternativo ao turismo de massas.

A política da UE de desenvolvimento rural possui medidas de apoio ao turismo rural, considerando-o assim um motor impulsionador económico e social das zonas rurais. Estas ações foram de resto inicialmente enquadradas no Programa

Leader, desde o período programático de 2000 a 2006, e têm permitido uma visão integrada do turismo rural, em que os recursos, serviços e produtos estão interligados. No período posterior (QREN 2007- 2013), as decisões estratégicas no âmbito do desenvolvimento rural (p. ex. a Decisão 2006/144/CE) incluem incentivos ao turismo rural, estimulando a diversificação da economia rural, a recuperação do território e a produção de produtos sustentáveis.

No que concerne ao Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural 2007-2013, perspetivava-se o aprofundar da política do turismo rural com o aumento dos rendimentos da população agrícola e florestal, veiculando a diversificação do emprego em meio rural, bem como a preservação dos valores paisagísticos de elevado valor cultural que proporcionam a preservação cultural ambiental e paisagística.

Segundo Adolfo Mesquita Nunes (2012), em Portugal já temos o mais difícil, que é um meio rural rico e pronto a ser explorado turisticamente. Não obstante é necessário potenciar essa oferta de modo a torná-la um produto reconhecido tanto a nível nacional como internacional, afirmando este dirigente que é possível, através da publicidade e da criação de uma imagem de marca, ter produtos e serviços identificadores de cada região.

Em Portugal começou-se a falar de turismo rural nos anos 1980, altura que decorreram iniciativas de recuperação de casas senhoriais e solarengas. Com o Decreto-Lei nº 256/86 (27 de agosto), Portugal passou a ter mais condições para apoiar o turismo de habitação, o agroturismo e o turismo em espaço rural. Embora não tenha sido qualificado especificamente, pelo primeiro PENT (Plano Estratégico Nacional do Turismo de 2007), como parte dos dez produtos turísticos prioritários para o país, o turismo rural tem reconhecidamente condições para um maior enraizamento e valorização das dinâmicas de desenvolvimento local e rural.

Assim se conclui que a valorização da identidade rural deve ser um fator preponderante na decisão das políticas públicas. Pois o turismo rural é uma busca de novos desafios e de experiências diferenciadoras (Tito Rosa, 2013). O que um turista que procura no meio rural, ao invés do turismo de massas, é uma experiência tranquilizante, uma forma de evasão do dia-a-dia, uma experiência de enriquecimento cultural, envolto num ambiente de elevada qualidade e completamente individualizado. Assim, e tendo em conta que são as pessoas que passam as tradições, os dizeres e a promovem preservação da natureza, o turismo rural, tal como o conhecemos, tendencialmente hospitaleiro e acolhedor, depende completamente da vitalidade demográfica destas regiões.

Em Portugal, apesar de o nível de ocupação do turismo rural ter vindo a aumentar, este é ainda limitado, tendo em conta que a oferta de camas qualificadas como de turismo rural é de 13,5 milhares, equivalentes a 2,7% do

total das ofertas turísticas nacionais, e as dormidas são cerca de 950 mil, ou seja 2,4% do total a nível nacional (BES-Açores, 2010).

O turismo não escapa a um contexto global crescentemente competitivo, onde cada vez mais se exige qualidade de oferta e novos métodos de publicidade, sendo necessário criar uma estratégia de diferenciação, que o turismo em espaço rural, possuindo-a, não pode tomá-la como garantida, pois deve ser valorizada e preservada, como no caso da característica diferenciadora de Portugal ter uma vasta rede de áreas protegidas de enorme significado ao nível do espaço e da biodiversidade.

Estas referidas zonas possuem duas características que as distinguem: são territórios maioritariamente rurais onde predomina a agricultura e as atividades produtivas conexas a esta, e são zonas maioritariamente desertificadas, não só ao nível de população como também a nível da subvalorização dos recursos. Em contrapartida, são estes territórios que se vêm apresentando como uma nova opção para a divulgação do turismo, não obstante ainda terem dificuldades em tornar esta característica relevante o suficiente ao ponto de contribuir para o desenvolvimento económico e social da região.

Por consequência determinamos que o turismo em meio rural tem um duplo efeito positivo:

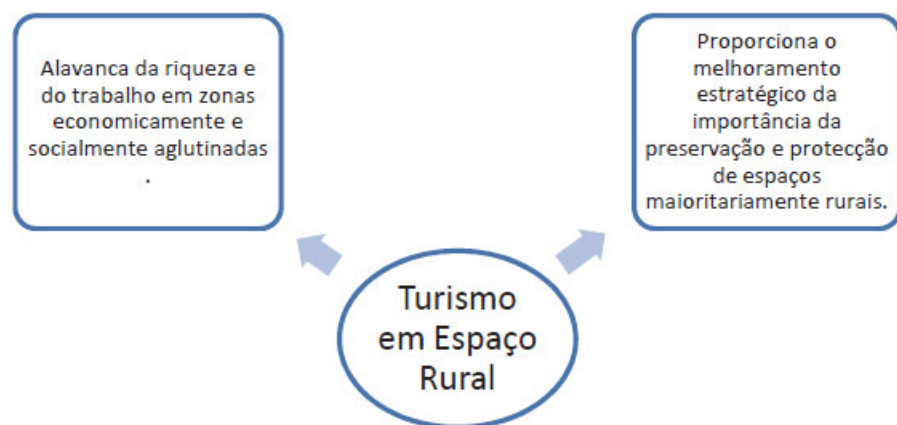


Imagem 1- O duplo efeito do Turismo em Espaço Rural

A agricultura atualmente já não se centra apenas na produção de bens alimentares. Também envolve outros comércios e serviços, privados e públicos. Neste contexto é cada vez mais necessário que os agricultores, decisores políticos e outros intervenientes tomem consciência de que nestas zonas a diversidade rural é um benefício económico, nomeadamente para a valorização do património e do ambiente agrícola, bem como para a capacidade de prestar serviços públicos e privados. Assim a abordagem desta questão centra-se numa agricultura de usos múltiplos, baseada na qualidade do ambiente e do

património, que é essencial para o desenvolvimento sustentável do país – prioridades de resto patentes no PDR, o Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020.

1.1. O desenvolvimento rural no contexto da PAC

A Política Agrícola Comum surgiu em 1962 com o objetivo principal de assegurar um nível de vida justo e equitativo aos agricultores, bem como garantir um stock alimentar estável e seguro, que garanta preços acessíveis aos consumidores. Não obstante com os novos desafios que a PAC foi-se alterando desde 1962, nomeadamente através das reformas da PAC.

Em Junho de 2013 surgiram novos objetivos adaptados às novas necessidades, nomeadamente, garantir uma produção de alimentos viável, garantir uma gestão sustentável dos recursos naturais, por último proporcionar um desenvolvimento equilibrado entre todas as zonas da UE.

O orçamento da PAC, atualmente é dividido em três grandes grupos, o apoio ao rendimento dos agricultores e as boas práticas agrícolas de proteção do ambiente, que corresponde a 70% do orçamento da PAC, medidas de apoio ao mercado, que abrangem 10% do orçamento. Os últimos 20% correspondem a medidas de desenvolvimento rural que visam ações para ajudar os agricultores a modernizar as suas explorações, a proteger o ambiente, ajuda na diversificação das atividades agrícolas e não agrícolas, bem como na revitalização das comunidades rurais, neste caso os pagamentos são plurianuais.

No contexto da PAC o desenvolvimento rural deveria preservar a vitalidade do mundo rural, por intermédio de programas de investimento, incentivo a modernização e também apoio ao emprego dentro do setor agrícola e não só.

Esta política de desenvolvimento rural é exercida por cada país ao nível nacional, podendo ser aplicada a nível regional de acordo com a especificidade de cada região, ou seja, tem a responsabilidade de aplicá-la de acordo com as necessidades e é o responsável pela gestão dos programas nesta área, sendo eu a união europeia assegura o co-financiamento. Financiamento, este proporcionado pelo fundo FEADER que entre 2007 e 2014 ascendeu aos 95 000 milhões de euros (a preços correntes) entre os 28 Estados-Membros.

A partir de 2014, o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) inseriu-se no novo quadro estratégico comum, bem como o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu (FSE), o Fundo de Coesão e o Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as

Pescas (FEAMP) com o objetivo de realizar os ideais ditados pela estratégia Europa 2020 (crescimento sustentável, inteligente e inclusivo).

A partir de 2014 os fundos podem ser utilizados tanto para atividades agrícolas como para não agrícolas desde que se inserissem nos seguintes objetivos:

- Incentivar a transferência de conhecimentos e a inovação;
- Reforçar a competitividade;
- Promover a organização da cadeia alimentar e a gestão de riscos;
- Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas;
- Promover a eficiência dos recursos e a transição para uma economia hipocarbónica;
- Promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais.

Para além destas medidas cada um dos Estados Membros e as regiões podem elaborar subprogramas com níveis de financiamento superiores com o intuito de dar resposta às especificidades de cada zona, por exemplo, às necessidades de determinados setores confrontados com situações específicas, dos jovens agricultores, das pequenas explorações, das zonas montanhosas ou até das cadeias de distribuição curtas.

A política de desenvolvimento regional poderá ser confundida com a política de desenvolvimento rural, não obstante são similarmente distintas nomeadamente a política regional ajuda essencialmente as regiões desfavorecidas, enquanto que a política de desenvolvimento rural emite medidas para as zonas de cariz rural, que maioritariamente são as mais desfavorecidas derivado aos seus condicionalismos.

A política regional da UE ajuda principalmente as regiões mais desfavorecidas, enquanto a política de desenvolvimento rural se aplica a todas as zonas rurais de todos os Estados-Membros. A política de desenvolvimento rural não só ajuda os agricultores, mas também outros agentes da economia rural, como proprietários de florestas, trabalhadores agrícolas, PME, associações locais, etc.

O programa LEADER (Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural) visa consolidar a economia rural, visando o incentivo aos habitantes das áreas rurais, com o intuito de estes agirem a nível local ao invés de aplicar medidas já predefinidas.

Todas as áreas rurais são elegíveis para este programa, mas o número dos que obtêm apoio financeiro é limitado. Os beneficiários são “Grupos De Ação

Local” (GAL) que elaboram medidas que visem o desenvolvimento para os seus espaços rurais, sendo responsáveis pela sua implementação. Estes grupos são uniformes do ponto de vista geográfico, económico e social. São apoiados os territórios que mostrem vontade e capacidade para conceber e implementar uma estratégia de desenvolvimento integrado, sustentável. O plano de desenvolvimento deve contribuir por exemplo, para a melhoria da qualidade de vida da população nas zonas rurais, a utilização de novas tecnologias para tornar os serviços e produtos dos territórios mais competitivos, valorização dos produtos locais (agrícolas, silvícolas, da pesca, naturais e culturais, incluindo a preservação e valorização dos sítios de importância comunitária da Rede Natura 2000), que prioritariamente visem melhorar as possibilidades de emprego e/ou atividade para jovens e mulheres, formação profissional, apoio ao turismo rural e apoio a pequenas empresas.

O programa LEADER, abarca cerca de 5% do orçamento estimado para o desenvolvimento rural.

2. A Política Agrícola Comum e a Diminuição das Assimetrias Regionais

A Política Agrícola Comum (PAC) é contemporânea da criação da Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1957 (EUR-Lex, 2010), tendo-se tornado efetiva em 1962.

No que diz respeito à chamada política regional, sabe-se que a CEE, inicialmente, não dispunha de instrumentos específicos para promover a correção das desigualdades entre os Estados-membros, considerando-se habitualmente a criação do FEDER, em 1975, como a primeira política efetiva deste âmbito.

É de ressaltar que inicialmente as prioridades dos países fundadores da CEE (Bélgica, França, Itália, Luxemburgo, Holanda e Alemanha Ocidental) não passavam pela coesão económico-social e territorial, pois o motivo do acordo foi a reaproximação de nações abaladas e parcialmente destruídas pela 2ª Guerra Mundial. Por isso, os objetivos iniciais deste projeto europeu eram relativamente modestos e visavam sobretudo a “criação de emprego e a melhoria das condições de vida” (Augusto Mateus, 2013).

Objetivos iniciais estes, que, na altura, para além da PAC, suscitaram a criação do Fundo Social Europeu (FSE), em 1957 (IGFSE, 2016), especificamente previsto no Tratado de Roma. A estes juntar-se-ia mais tarde, em 1975 como referido, o FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional), criado devido ao alargamento da CEE a 3 novos membros (Dinamarca, Irlanda e Reino Unido, sendo que nestes 2 últimos países havia regiões com um nível de vida bastante inferior ao da média dos restantes países da CEE).

Em 1962 surgem então os dois fundos estruturais da PAC, os Fundos Europeus de Orientação e de Garantia Agrícola (FEOGA-O e FEOGA-G) que se direcionavam para a “reconversão e adaptação das estruturas agrícolas e desenvolvimento das áreas rurais” (QCA III, 2003). Mais tarde, em 1993, é ainda criado especificamente para o setor das pescas o IFOP, Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca.

Posteriormente, com o alargamento da CEE à Grécia em 1981, e depois a Portugal e Espanha em 1986, é que se percebeu o quão era necessária uma política que promovesse mais ativamente a coesão económica entre os países e, dentro destes, que incentivasse as regiões mais desfavorecidas. Estes dois alargamentos, para além de representarem uma expansão a Sul, tacitamente também significaram um alargamento a países significativamente mais atrasados a nível da riqueza média por habitante, e consequentemente trouxeram um novo e grande desafio (INCM, 2016).

Estas desigualdades a nível regional entre os Estados-membros foram de novo significativamente acentuadas com os alargamentos de 2004 e de 2007, tornando cada vez mais importantes os instrumentos da Política de Coesão da União Europeia, pois os desequilíbrios regionais não implicam apenas piores condições de vida para as regiões menos desenvolvidas mas, sobretudo, a utilização excessiva de potencial humano e a inaptidão de tirar vantagem de todas as oportunidades existentes a nível económico, social e turístico, e que poderiam ser potenciadas e favorecer a união como um todo.

Significativamente, em 1992 surgiu o Fundo de Coesão (FC), criado com o objetivo de reforçar o processo de aprofundamento que já estava integrado no QCA I, mas sem estatuto de programa operacional. O fundo de coesão só estava disponível aos estados com PIB per capita inferior a 90% da média comunitária, era de aplicação a nível nacional e direcionava-se ao ambiente, infraestruturas e transportes (CCDRC, 2010).

Deste modo, em 1992 a política de coesão já era dotada de 5 instrumentos de financiamento – o Fundo Social Europeu, Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Fundo de Coesão, Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola – Secção Orientação, e o Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca, apoiadas pelo Banco Europeu de Investimento e pelo Fundo Europeu de Investimento (EUROCID, 2015); paralelamente à criação do FEOGA-O e do IFOP, surgiram as dimensões estratégica e operacional da política de coesão, e o seu aprofundamento deu-se entre 1989 e 1999 com as reformas conhecidas vulgarmente como Pacotes Delors 1 e 2.

Com a reforma dos fundos europeus de 1989 surgiram os pilares norteadores da Política de Coesão Económica e Social (EUROCID, 2014). Estes consistiam numa parceria multinível (entre as autoridades locais e regionais, os Estados e as comissões de programação, execução e acompanhamento dos projetos, ações

e financiamentos), numa programação plurianual das interações e consecutivos financiamentos, bem como no princípio da “adicionalidade dos financiamentos estruturais comunitário relativamente às dotações financeiras nacionais para investimento” (Presidência do Conselho de Ministros, 2007).

O mecanismo de pagamentos da programação prevê informação detalhada acerca do total financiado pelo orçamento comunitário, exigindo o estabelecimento de estratégias de desenvolvimento regional e nacional a nível setorial e temáticas de médio prazo, bem como a explicitação das modalidades de execução e concretização. O objetivo destas medidas consiste em evitar que o investimento nacional e público não diminua, e assim representem um efetivo aumento do investimento no desenvolvimento, o que implica o princípio da adicionalidade. Deste modo, a política de coesão atinge hoje cerca de um terço das dotações orçamentais globais da UE, ganhando relevância no plano europeu.

O tratado de Lisboa veio ainda introduzir a unificação da atuação comunitária bem como importantes alterações a nível institucional. Representou igualmente o acréscimo de uma dimensão territorial específica na política de coesão: “a fim de promover um desenvolvimento harmonioso do conjunto da União, esta desenvolverá e prosseguirá a sua ação no sentido de reforçar a sua coesão económica, social e territorial” (Jornal Oficial das Comunidades Europeias, 2001).

2.1. OFEOGA-O e a sua evolução como impulsionador do desenvolvimento rural

O FEOGA foi instituído em 1962 (Regulamento CEE nº 25 de 1962, com a sua última redação no Regulamento CEE nº 728/70) no contexto da PAC, tendo a Secção Orientação surgido em 1964 (Parlamento Europeu, 2016). O FEOGA está vocacionado para o apoio a atividades de cariz agrícola, com o objetivo de reforço da produtividade e do acesso ao mercado. O FEOGA financia os jovens agricultores, apoia a comercialização de produtos agrícolas e florestais e promove o associativismo. Este fundo subdivide-se em duas secções, sendo a primeira a Secção Garantia, que financia as despesas da organização comum dos mercados agrícolas, medidas de desenvolvimento rural e as ações rurais fora das regiões do objetivo 1 (menos desenvolvidas), as despesas relativas a certas medidas veterinárias, bem como ações de informação sobre a PAC (EURLex, 2005). A Secção Orientação visa o financiamento do desenvolvimento de produtos de maior qualidade, do melhoramento das infraestruturas rurais, e o financiamento da formação dos agricultores (QCA III, 2001). Enquadrado nestas secções, o FEOGA financia ainda projetos pertencentes ao programa

Leader que é de iniciativa comunitária, e apoia projetos de desenvolvimento rural de iniciativa local tendo em vista a revitalização de zonas rurais e criação de novos empregos (QCA III, 2001).

O FEOGA foi fulcral para a dinamização dos GAL (Grupos de Ação Local). A experiência já adquirida e os resultados já reconhecidos com este modelo garantiram que a União Europeia propusesse um alargamento nas áreas de ação destes grupos e por consequência um maior financiamento também de outros fundos estruturais. O Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola é gerido em parceria pela Comissão Europeia e pela Direção Geral de Agricultura. A administração do fundo é feita pelos Estados-membros e pela Comissão Europeia, sendo que cada país é responsável por selecionar os projetos em parceria com a Comissão.

Assim, cada Estado-membro encarrega-se de designar os serviços e instituições habilitados a pagar as despesas que irão obrigatoriamente respeitar a elegibilidade dos pedidos de apoio e a sua conformidade com as regras comunitárias e garantir que estas sejam auditadas antes do financiamento do apoio, bem como que os pagamentos realizados correspondam exaustivamente ao montante gasto, havendo regras comunitárias restritas para a apresentação dos documentos necessários para as candidaturas aos diversos financiamentos.

Deste modo cada Estado-membro tem de garantir que comunica à Comissão quais os serviços e os organismos que são aprovados para o pagamento das despesas:

- No caso de mais de um organismo pagador ser aprovado, deve ser indicado qual o serviço ou o organismo que o Estado-membro encarrega de centralizar as informações a de as colocar à disposição da Comissão, bem como de promover a aplicação harmonizada das regras comunitárias;
- Cada Estado-membro fornece a denominação, o estatuto e o ato de aprovação dos organismos pagadores;
- Os Estados-membros têm de possuir as condições administrativas, contabilísticas e de controlo interno em que se efetuam os pagamentos relativos à execução das regras comunitárias no âmbito da PAC (Eur-lex, 2001).

O financiamento para as despesas do FEOGA é posto à disposição pela Comissão aos Estados-membros, tratando-se, assim, do pagamento das despesas anteriormente entregues e documentadas pelos EM no âmbito de desenvolvimento de programas e ações no âmbito do desenvolvimento rural. Posteriormente, os Estados-Membros comunicam à Comissão no término do projeto a declaração anual de despesas, bem como um certificado relativo à integralidade, exatidão e veracidade das contas transmitidas, de modo a que no prazo acordado a Comissão liquide as despesas ainda pendentes. Anualmente a Comissão apresenta ao Parlamento Europeu e ao Conselho um relatório

financeiro sobre a administração do fundo. O Regulamento do Conselho Europeu nº 814/2000 irá ainda fixar as dotações do FEOGA-Garantia concedidas aos Estados-Membros no âmbito do desenvolvimento rural, a partir da data da sua publicação.

O FEOGA foi, até ao ano de 2007 o principal meio de implementação e incrementação da Política Agrícola Comum em Portugal, tendo movimentado um financiamento de cerca de 4,3 mil milhões de euros anuais ao longo do período de programação entre 2000 e 2006.

Neste período foi ainda definida a política comunitária de desenvolvimento rural, que se centrou numa reestruturação do setor agrícola nacional, da gestão de zonas rurais e, por fim, do financiamento de ações relacionadas com o meio ambiente.

A regulamentação do FEOGA foi sendo contestada em diversas ocasiões por vários Estados-membros, tendo mesmo sido parcialmente revogada em países como a Itália, a Espanha e França, por não servir os planos e desenvolvimento rural dos mesmos. A sua extinção ocorre já em 2007, tendo o Fundo Europeu de Orientação e Garantia dado lugar ao FEAGA (Fundo Europeu de Garantia Agrícola) e ao FEADER, Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural, no âmbito do Regulamento do Conselho nº 1698/2005, onde, no caso dos planos de desenvolvimento rural, assentes no FEADER, passam a estar organizados em 4 eixos:

Eixo 1: Melhorar a competitividade da agricultura e da silvicultura, que explora o melhoramento do conhecimento e as capacidades do potencial humano, promove a inovação e o potencial físico, e por fim aposta na melhoria da qualidade dos produtos.

Eixo 2: Melhoria do ambiente e da paisagem rural que consiste no apoio à manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas (LFA)

Eixo 3: Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural, que promove a diversificação da economia rural, o melhoramento de serviços básicos e desenvolvimento do património.

Eixo 4: Continuação do programa Leader através da valorização do património natural e cultural e da melhoria da capacidade organizacional das comunidades (Terras Dentro, 2016).

O FEADER é também regulamentado pela Comissão Europeia (Regulamento CE nº 1290/2005) e emerge na sequência da reforma da PAC negociada entre junho de 2003 e abril de 2004. Ele tem um enfoque significativo no desenvolvimento rural, e por isso surge como um único instrumento de financiamento e de programação. Este instrumento, “visa reforçar a política de desenvolvimento rural da União e simplificar a sua implementação” (EUR-lex, 2012).

Esta reformulação da política europeia de desenvolvimento rural mantém todavia muitas das características do antigo FEOGA, pois tanto o FEAGA como o FEADER não se sobrepõem às políticas nacionais, regionais ou locais neste âmbito, mas sim procuram complementá-las e consequentemente financia as que são elegíveis para tal, procurando desse modo melhorar a sua eficácia. Para além disto, a Comissão, em parceria com os Estados-membros, tinha de garantir a compatibilidade e a coerência deste fundo com as restantes medidas de apoio da União Europeia nesta e em outras áreas. Podemos pois considerar o FEAGA como o fundo que mais diretamente se relaciona com a anterior

Secção Garantia do FEOGA, ao passo que o FEADER, tendo agora uma dotação orçamental mais estável, substitui em larga medida a antiga Secção Orientação do FEOGA.

O plano estratégico para cada período programático, é elaborado por cada Estado-membro, porém indo ao encontro das orientações estratégicas fornecidas previamente pela União Europeia. Posteriormente, cada estado-membro encaminha o seu plano estratégico para a Comissão antes da apresentação dos seus programas de desenvolvimento rural (EUR-lex, 2012).

A evolução assim verificada encontra-se necessariamente articulada com a valorização da dimensão territorial da política comunitária de coesão, uma vez que o desenvolvimento rural desempenha um papel importante no aproveitamento das oportunidades de criação de riqueza e de emprego em programas e iniciativas de âmbito territorial, em particular a nível regional ou local.

3. 20 Anos de Fundos Estruturais em Portugal: Impactos Socioeconómicos

O nível de desenvolvimento económico dos diferentes países e regiões da UE é, em termos de estatísticas europeias, quase sempre medido pelo valor do PIB por habitante, corrigido em função da chamada paridade de poder de compra. Em 2000, Portugal situava-se no conjunto dos países menos desenvolvidos, não obstante a região de Lisboa e Vale do Tejo se situar com um nível de riqueza por habitante mais próximo da média da UE.

No período compreendido entre 1989 e 2013, o montante total de fundos estruturais disponibilizado para Portugal ascendeu aos 96 mil milhões de euros (Jornal de Leiria, 2016), tendo como referência para este cálculo o ano de 2011. Este valor correspondeu ao apoio previsto nos Quadros Comunitários de Apoio I, II e III e no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN). Para estes 4 períodos programáticos, globalmente, as entidades públicas nacionais disponibilizaram 48 mil milhões de euros, e os privados 34 mil milhões, o que na totalidade correspondeu a um investimento total de 178 mil milhões de euros no período entre 1989 e 2013. Como se verifica no gráfico 1. Este montante equivaleu ao total da riqueza produzida pelo país em 2012 (Eugénio Rosa, 2013), e ao dobro do valor absoluto do PIB relativo ao ano em que Portugal aderiu à CEE, em 1986. Todavia, podemos dizer que, desde o QCA II, tem havido uma tendência de decréscimo do peso relativo dos apoios comunitários, passando, a nível da UE, de cerca de 14% no primeiro QCA para cerca de 7% do total programado para toda a União Europeia (EUR-Lex, 2000).

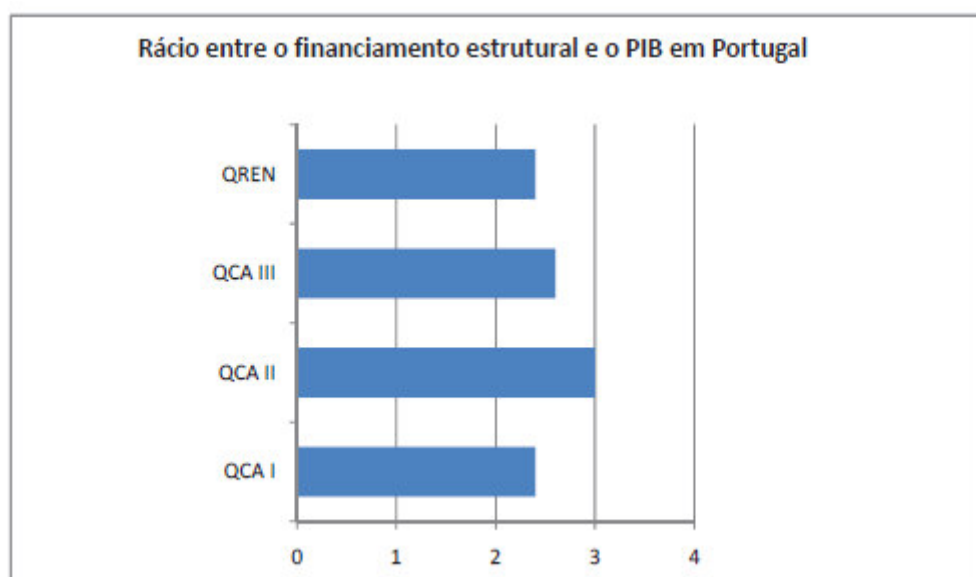


Gráfico1 – Peso percentual dos Fundos Estruturais no PIB em Portugal

Se estimarmos o valor dos fundos estruturais e de coesão por habitante chega-se à conclusão que Portugal manteve montantes de financiamento superiores à média dos quatro parceiros iniciais de coesão. Não obstante, no QREN, o montante que foi fornecido a Portugal, ascendeu mesmo ao primeiro lugar, o que pode revelar uma melhor eficácia das entidades públicas nacionais nas negociações com a União Europeia, mas porém não eliminou o problema da debilidade do país em alcançar os objetivos de convergência.

Entre 1989 e 2011 a despesa reembolsada aos beneficiários no âmbito do FEDER, FSE, FC, FEOGA-O e IFOP, foi de 81 mil milhões de euros, a preços de 2011. Este financiamento europeu representou uma contrapartida a nível nacional, por entidades públicas por volta dos 41 mil milhões de euros, privada dentro dos 34 mil milhões de euros, e isto representou na sua totalidade, uma alavanca de 156 mil milhões de euros para o investimento no desenvolvimento do país.

A regionalização transforma-se assim num ponto fulcral para dividir estes fundos, dado que cada região possui as suas características que são determinadas pelo seu grau de desenvolvimento que é influenciado por diversas variáveis (turismo, centro de negócios, ruralidade, proximidade do mar), o que explica o facto de uns receberem mais contrapartida do que outros, dependendo do programa operacional.

Assim entre o QCA I, II e III, observa-se uma maior orientação para a maior incidência de aplicação dos fundos nas regiões Norte, Centro e Alentejo, em detrimento de Lisboa e Vale do Tejo, a primeira região portuguesa a destacar-se das restantes no seu nível de desenvolvimento. Já no período 2007-2013, do QREN, o Norte e o Centro recebem 2 de cada 3 euros de financiamento total nacional, ao passo que o Alentejo recebe 4 em cada 5.

Nos 4 períodos programáticos, através do FEOGA-O e do FEADER já em vigor no QREN, Portugal recebeu a volta de 11 mil milhões de euros de financiamento europeu para o desenvolvimento rural. Se a este valor recebido juntarmos as instituições públicas nacionais com cerca de 3,5 mil milhões de euros e privadas com cerca de 6,6 mil milhões de euros, o total ascende a cerca de 21 mil milhões de euros (Augusto Mateus, 2013).

Analisando os números permite-se constatar que o investimento médio anual no âmbito deste fundo foi mais elevado no primeiro e no terceiro quadro comunitário. Sendo que o financiamento estrutural tem assumido um papel cada vez mais elevado no investimento médio anual (Observatório do QREN, 2007).

No período compreendido entre 1993 e 1999, o Norte recebeu à volta de 29% do Fundo de Orientação e Garantia Agrícola, enquanto no terceiro quadro foi o Alentejo o mais beneficiado com uma parcela idêntica.

O distanciamento da região de Lisboa e Vale do Tejo face ao objetivo de convergência tem ditado a progressiva diminuição do seu peso no orçamento programado para o desenvolvimento rural, seguindo esta tendência também o Algarve, com uma diminuição dos fundos ao longo dos tempos. Isto deve-se a que a Política de Coesão Europeia possui, até 2013, um regime de apoio transitório que consiste no apoio a regiões que se insiram em patamares intermédios de elegibilidade para estes financiamentos: chama-se a isto o conjunto das regiões “phasing in” e “phasing out”, mais próximas do nível de riqueza médio da UE (QREN, 2013). Em contrapartida, o Centro, e em especial o Norte e o Alentejo têm vindo a reforçar a sua posição devido à degradação da situação económica destas regiões, face ao contexto nacional e mesmo europeu.

Nos dois primeiros QCA, Portugal foi o segundo Estado-membro a receber mais fundos por habitante, logo a seguir à Irlanda, com uma média de 160 euros anuais entre 1989 e 1993, e 280 euros entre 1994 e 1999. No QCA III Portugal foi o Estado-membro que mais financiamento obteve por habitante, cerca de 270 euros anuais. Resumindo, nos três quadros comunitários Portugal foi o país que mais financiamento obteve, numa média anual não inferior a 2% do PIB (Observatório do QREN, 2007).

3.1.Cinco gerações de fundos estruturais em Portugal

Em 1988 os objetivos prioritários da política de coesão passavam por visar a promoção do desenvolvimento e do ajustamento estrutural das regiões menos desenvolvidas, reconversão das regiões gravemente afetadas pelo declínio industrial, combater o desemprego de longa duração, facilitar a inserção profissional dos jovens, acelerar a adaptação das estruturas agrícolas e por fim promover o desenvolvimento de zonas rurais (Augusto Mateus, 2013). Neste caso todo o Portugal (Continente e Regiões Autónomas) inseriu-se no objetivo 1, o mais favorável em termos de montante de financiamento concedido aos Estados membros.

Posteriormente em 1989 surge o primeiro quadro comunitário plurianual entre os Estados-membros onde se definiram 5 objetivos principais (Tabela 1). Tendo em conta o nível de desenvolvimento português, todas as regiões do território nacional foram enquadradas no primeiro objetivo, de convergência, dedicado a regiões menos desenvolvidas. No que concerne à competitividade da agricultura e ao desenvolvimento rural, a estratégia optou por maneiras de intervenção tais como o programa operacional de melhoramento de infraestruturas vinícolas, ou programas especificamente direcionados para o desenvolvimento da agricultura em Portugal.

Tabela1 – Cinco Objetivos do QCA I

Objetivo 1	Visar a promoção do desenvolvimento e do ajustamento estrutural das regiões menos desenvolvidas;
Objetivo 2	Dirigir à reconversão das regiões gravemente afetadas pelo declínio industrial;
Objetivo 3	Combater o desemprego de longa duração;
Objetivo 4	Facilitar a inserção profissional dos jovens;
Objetivo 5	Acelerar a adaptação das estruturas agrícolas e promover o desenvolvimento das zonas rurais

O texto do segundo quadro comunitário de apoio tem como base preparar Portugal para o século XXI, através de redução de atrasos já estruturais no desenvolvimento nacional e da construção de uma base económica e social sustentada. Os mais recentes modelos competitivos da União Europeia, impulsionados pela globalização, previam assim “novas exigências de redução das assimetrias internas de desenvolvimento e de melhoria da qualidade de vida em paralelo com a competitividade da economia nacional” (Assembleia da República, 1993).

Os princípios norteadores para o segundo Quadro Comunitário de Apoio foram a cada vez maior aproximação à CEE e ao seu método de política e a atenuação das assimetrias regionais. No início do segundo quadro comunitário de apoio, a análise feita a Portugal diagnosticou uma insuficiência de formação escolar e profissional, face à média europeia e uma cadeia produtiva pouco competitiva, maioritariamente conectada a mercados saturados e de mão-de-obra mais barata. Por consequência fatores como as acessibilidades e comunicações decadentes dificultavam a capacidade produtiva do país, atrasando a sua competitividade internacional e, internamente, a qualidade de vida das populações.

Para o período seguinte, 2000-2006, as propostas comunitárias indicavam a existência de disparidades regionais preocupantes ao nível das condições de vida de diversos países e regiões. Surgem então preocupações com o desemprego e a inclusão e apoio social que ditam uma agenda renovada para apoio à formação da população-alvo. Paralelamente temos o alargamento a leste que se avizinhava como um conjunto de novos desafios, quer ao funcionamento

da União Europeia, quer à própria política europeia de coesão, tendo em conta que os financiamentos disponíveis para investimento em regiões desfavorecidas são limitados.

No período de 2000 a 2006 Portugal integrou todas as suas regiões no Objetivo 1 das regiões menos desenvolvidas, embora Lisboa e Vale do Tejo já estivessem em fase de redução de apoios. O grande desafio a que Portugal se propôs com este período foi apresentar-se como “uma primeira frente atlântica europeia, uma nova centralidade na relação da Europa com a economia global” (CITE e Presidência do Conselho de Ministros, 2007).

Desde o início da programação do QCA III (Tabela 2), que se reconhecia que é necessário reforçar a intervenção na área do potencial humano sendo que esta vertente passaria a dominar as opções para o desenvolvimento do país. Em 2006 entende-se como eixos prioritários a estruturação do território e o apoio à atividade produtiva. As alterações introduzidas com este quadro apresentam um claro esforço de aproximação entre os cidadãos e os fundos estruturais através das entidades representativas tanto dos agentes económicos e sociais bem como com responsabilidades a nível regional.

Tabela 2 – Três Objectivos Prioritários da Reforma de 1999

Objetivo 1	Apoios à promoção do desenvolvimento e do ajustamento estrutural das regiões menos desenvolvidas;
Objetivo 2	Apoio à reconversão económica e social das zonas com dificuldades estruturais;
Objetivo 3	Apoio à adaptação e modernização das políticas e sistemas de educação de formação e de emprego

Fonte: Augusto Mateus, 2013

O QCA III trouxe também a consideração total da autonomia regional dos Açores e da Madeira, proporcionando programas isolados para estas regiões; outra inovação foi a “regra da guilhotina” ou “n+2”, que tinha como finalidade fazer com que os Estados-membros cumprissem o ritmo de execução financeira programada com a Comissão, “esta nova cláusula passou a anular automaticamente as verbas não executadas até ao final do segundo ano seguinte ao da programação” (Augusto Mateus, 2013).

As avaliações ao terceiro quadro comunitário reconhecem o inequívoco investimento nas intervenções relacionadas com a saúde, integração social, cultura, educação e sociedade de informação, ambiente e acessibilidades.

Paralelamente também assinalaram o insucesso de áreas como inovação, a competitividade económica e a valorização dos recursos humanos.

Para o período de 2007 a 2013 foram introduzidas novas orientações dirigidas ao crescimento, ao emprego e à competitividade. Admitiu-se então que a concretização das políticas sociais e das dirigidas a melhorar a dotação regional de infraestruturas e equipamentos coletivos “nem sempre produziu resultados significativos no crescimento das economias regionais” (Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013). Esta orientação tem como base o que foi discutido na agenda de Lisboa e tentou gerar uma dinâmica sustentada de crescimento baseada no conhecimento e na inovação.

No QREN os objetivos Competitividade e Convergência também foram reformulados. O objetivo Convergência consistiu em acelerar o desenvolvimento dos países e também das regiões menos desenvolvidas, que apresentem um PIB por habitante inferior a 75% da média comunitária. No que concerne ao objetivo Competitividade e Emprego, abrange todas as outras regiões que não constam no objetivo Convergência e tem como ambição reforçar a capacidade de atracção das regiões, a competitividade e o emprego.

O enquadramento das regiões portuguesas nestes dois objetivos considera também a existência de fases ou estágios transitórios, por exemplo saída do objetivo de Convergência, o “phasing out”, ou a entrada no objetivo de Competitividade e Emprego, o “phasing in”, promovendo assim apoios diferenciados nas diferentes fases.

O grande princípio norteador para o período 2007 e 2013 foi a “qualificação dos portugueses e das portuguesas, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sociocultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e também do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas” (Augusto Mateus, 2013), apelando a esforços de cariz temático nos projetos a apoiar. As intervenções locais e regionais continuam a ser uma prioridade de intervenção concentrada e articulada entre instituições públicas e privadas, principalmente em regiões menos desenvolvidas.

Financeiramente o QREN representou o reforço do apoio ao nível da qualificação de recursos humanos, investindo no crescimento sustentado da economia paralelamente ao maior financiamento dos programas operacionais regionais do continente. Trouxe também, uma inovação relativamente ao método de financiamento, que até então era feito através de um sistema plurifundos, onde um programa operacional era financiando por vários fundos estruturais: a partir do QREN isso mudou, pois cada programa operacional é financiado por um fundo em exclusivo, com exceção do FEDER e do Fundo de Coesão.

Outra inovação ao nível do financiamento que o QREN trouxe foi a substituição da regra n+2 pela regra n+3 tendo em consideração o período temporal a que se destinam os financiamentos. Assim, para os primeiros anos de programação entre 2007 e 2010 aplicou-se essa regra em que os promotores tinham 3 anos para executar a verba financiada.

Porém, a partir de 2011 voltou-se a aplicar a regra n+2.

Os objetivos delineados para o QREN são formulados em torno do que se designou como “agendas”, no caso 3 agendas:

- Agenda para os fatores de competitividade, com o objetivo de estimular o tecido produtivo nacional, através da inovação tecnológica e do empreendedorismo.
- Agenda para a valorização do território, que tinha objetivos, tanto no país como nas regiões, de melhorar a atratividade do tecido produtivo e de melhoria da qualidade de vida da população, implicando uma melhoria na coesão económica, social e territorial.
- Agenda para o potencial humano, que promove as qualificações escolares e profissionais dos portugueses bem como promoção do emprego e da inclusão social. (Presidência do Conselho de Ministros, 2007).

3.2. Financiamento dos Períodos Programáticos

A nível de financiamento, desde 1989 com o QCA I, até 2000, o montante de investimento foi crescendo, sendo que foi de 18 059 milhões de ECU (gráfico 2), (European Currency Unit), dos quais 6 958 milhões de financiamento comunitário, uma proporção equivalente de financiamento público, e a parcela menos significativa foi a da contrapartida privada com 4 443 milhões de ECU. O Fundo que mais financiou no QCA I foi o FEDER, com 3 757 milhões de ECU.

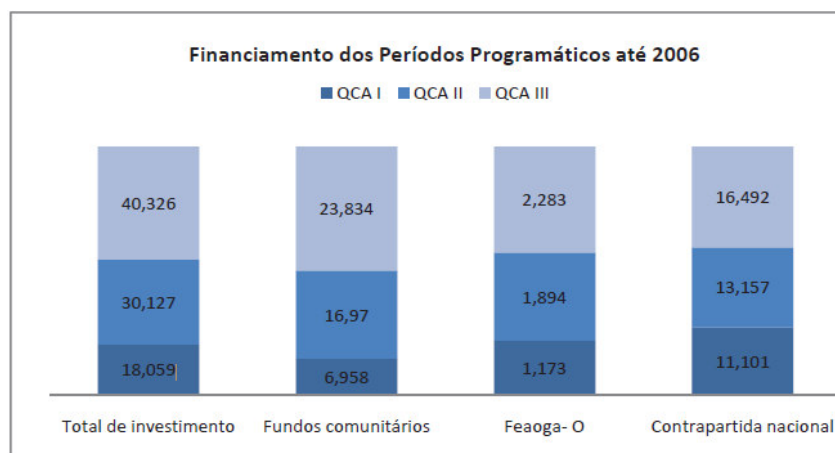


Gráfico2- Financiamento dos Períodos Programáticos até 2006

Fonte: Dados retirados do Observatório do QREN, 2007

No que concerne ao QCA II, o financiamento total aumentou face ao primeiro quadro, sendo de 30 127 milhões de ECU, onde praticamente 17 milhões pertenciam a fundos comunitários e a contrapartida pública foi de 6 milhões de ECU, equiparada ao investimento privado e, tal como no primeiro, bem como no terceiro QCA, o Fundo que mais financiamento concedeu foi o FEDER. Para QCA III o total de investimento foi de 40 mil milhões de ECU de financiamento comunitário, 7 mil milhões de ECU de contrapartida pública e 9.400 milhões de contrapartida privada.

Neste caso denotamos uma disparidade face aos quadros anteriores, pois o financiamento privado sobrepôs-se ao financiamento publico.

Como se pode constatar no gráfico 3 e na tabela 3, no que concerne ao programa operacional RURIS, ele teve como contrapartida nacional 35 milhões de ECU e participação comunitária de 89 milhões de ECU, especificamente no âmbito da medida 7.1. (valorização do ambiente e património rural) que teve como participação nacional comunitária 84 milhoes de ECU (QCA III, 2000).

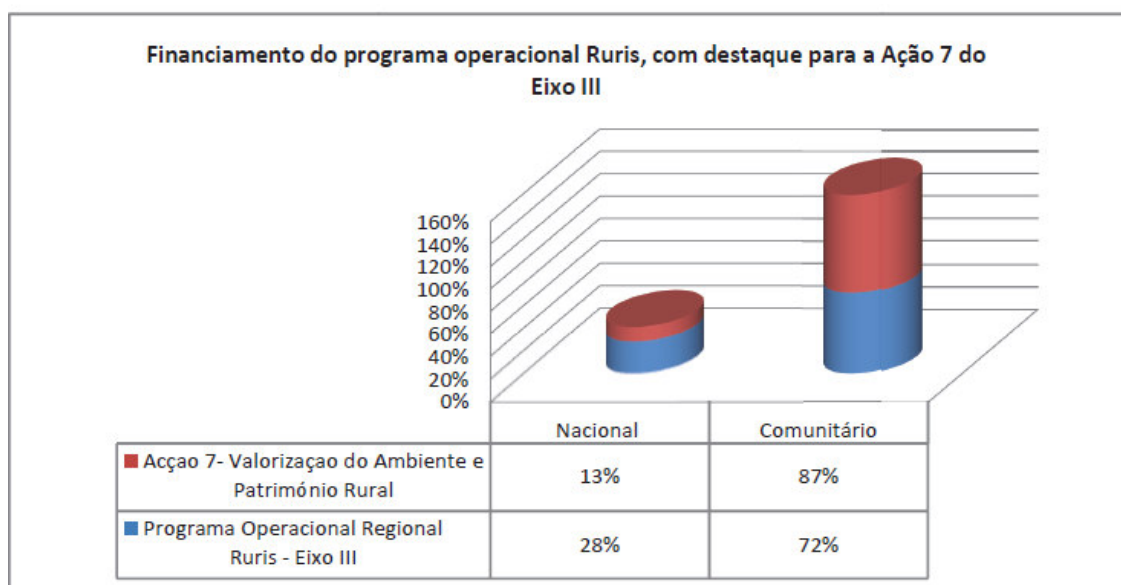


Gráfico3 – Financiamento do Programa Operacional Ruris, Especificamente a Ação 7 do Eixo III

Programas Operacionais Regionais - Eixo III- Ruris	Financiamento Nacional - 35003535€ Financiamento Comunitário - 89094665 €
Ação7-Valorização do Ambiente e do Património Rural	Financiamento Nacional - 1084900€ Financiamento Comunitário - 7522800 €
Sub-ação 7.1 - Recuperação e valorização do património, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural	
Sub-ação 7.2 - Conservação do ambiente e dos recursos naturais	

Tabela3 – Financiamento dos Programas Operacionais Regionais – Eixo III

Em relação ao QREN 2007-2013, teve como financiamento 24 mil milhões de Euros de apoio comunitário e 11 mil milhões de Euros de investimento nacional, subdivididos pelas 3 agendas, a da competitividade com cerca de 32% de comparticipação, a agenda da qualificação com 40% de comparticipação e por fim agenda para a valorização do território com 20% do total (QREN, 2015).

Por fim, no caso do Programa Operacional Norte 2020, ele tem um total de apoio comunitário previsto de cerca de 3 379 milhões de euros, dos quais 161 milhões se concentram na medida qualidade ambiental do FEDER.

4. O QCA III, o Programa Operacional do Norte e as Avaliações Intercalares

O QCA III inicialmente regeu-se pelos princípios da subsidiariedade. As propostas emitidas pela Comissão Europeia para os Estados-membros no âmbito dos fundos estruturais tinham como base as importantes diferenciações no nível e condições de vida nos diversos países e regiões europeias, bem como o desemprego que se afigurava cada vez mais elevado.

O QCA III foi o produto resultante de uma negociação complexa entre a Comissão Europeia e a Administração Central Portuguesa onde, entre o PDR - Plano de desenvolvimento Regional português e os princípios norteadores da política regional europeia, chegou-se a um término onde se aglutinaram os interesses das partes e que deram origem ao QCA III, sendo o financiamento da Comissão Europeia repartido pelos diversos Estados-membros de acordo com as suas necessidades em cada PO específico.

O QCA III assentou primeiramente em três domínios de intervenção, definidos pelo PDR em articulação com a Comissão Europeia:

- Potencial humano – Baixos níveis de produtividade continuam a ser uma falha na economia portuguesa, pois os progressos no âmbito da convergência revelaram-se ainda pouco significativos no que concerne à qualificação das pessoas e à produtividade.
- Atividade produtiva – Previu-se o desenvolvimento da competitividade e da atividade produtiva através do investimento em fatores como a investigação científica, a inovação tecnológica e também de apoios à agricultura, ao desenvolvimento rural e ainda às pescas.
- Estruturação do território - É no território onde encontrámos muitas das prioridades para o QCA III, tais como construir infraestruturas que preservassem o ambiente, e o apoio ao desenvolvimento das regiões com a intenção da diminuição dos desequilíbrios existentes entre estas.

No QCA III “encontravam-se contempladas as regras e as prioridades dos investimentos, a orientação estratégica, a sistematização operacional, a programação financeira e a estrutura organizativa dos apoios estruturais (FEDER, FSE, FEOGA, etc.)” (CCDRLVT, 2000). Assim sendo, o QCA III teve como prioridade atenuar o desequilíbrio ao nível do desenvolvimento das regiões, tendo para tal identificado quatro objetivos:

- Elevar o nível de qualificação dos portugueses, e a promoção do emprego e coesão social;
- Promover a competitividade e estimular a inovação;
- Afirmar a valia do território e da posição geoeconómica do país;
- Promover o desenvolvimento sustentável das regiões e a coesão social.

Estes quatro objetivos foram os eixos prioritários do período programático, que por sua vez se subdividiram em dezoito programas operacionais. O QCA III teve como lemainicial a concentração do apoio financeiro, reduzindo os objetivos prioritários de sete para apenas três e concentrando cerca de 70% do financiamento em regiões do Objetivo 1, as menos desenvolvidas.

Com o QCA III a despesa com a agricultura atingiu o seu limite máximo em 2002, descendo logo de seguida, tendo o montante de financiamento para este período também diminuído em cerca de 8%. Porém, este financiamento ficou concentrado nas regiões mais necessitadas (QCA III, 2004). Com a viragem do milénio, as políticas europeias depararam-se com novos desafios relacionados com a oportunidade de incorporar o leste europeu na UE. Neste período, a política agrícola europeia concentra-se mais “no ambiente, na qualidade dos alimentos e na vitalidade da vida rural.” (Brochura da CE intitulada Agenda 2000 - Para uma União Reforçada). Deste modo a política regional e o apoio a regiões de Objetivo 1, de Convergência, continuam a ser a prioridade do financiamento estrutural.

4.1.Avaliações intercalares e reprogramações do QCA III

O QCA III teve avaliações intercalares em 2003 e em 2005 e teve uma reprogramação em 2004, o que permitiu avaliar como estava a evoluir o programa e posteriormente obter alguns sinais de optimismo.

O contexto do QCA III ocorre num espaço temporal de desafios não experimentados anteriormente, não só a nível microeconómico (introdução do Euro), como a nível macroeconómico, caracterizando-se pelo afastamento dos níveis de riqueza em Portugal face ao crescimento verificado na generalidade dos países europeus, sendo que a produtividade do trabalho, apesar de ter aumentado após a viragem do século, tal ocorre sempre a um ritmo bastante inferior ao da média europeia. Estes fatores estão também associados a um problema de envelhecimento demográfico e de restrições orçamentais, que comportam efeitos nefastos ao nível do desenvolvimento económico, humano e social.


Assim, a reprogramação do QCA III ocorrida em 2004 surge numa altura oportuna. Apesar de nos primeiros anos de programação o QCA III ter tido uma boa execução, posteriormente verificou-se que, face ao QCA I, o QCA III ficou aquém a nível de modernização de equipamentos e infraestruturas, bem como ao nível do tecido produtivo e por isso o seu impacte macroeconómico foi insuficiente, tendo em conta o objetivo inicial previsto de convergência económica e social (Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, 1993).

São, neste momento de reprogramação, apontadas as necessidades de persistência dos esforços de qualificação mediante a formulação de políticas territorializadas de combate ao insucesso e abandono escolar precoce, numa lógica de intervenção de PO regionais nesta matéria, e de continuidade e reforço dos esforços de valorização da formação inicial com dupla certificação pelos sistemas educativo e de formação, bem como ainda de racionalização dos apoios ao financiamento das escolas profissionais em função do grau de integração e resposta as necessidades.

Globalmente, o QCA III evoluiu de uma forma eficiente na execução dos programas financiados pelo FEDER e pelo FSE, pois através de iniciativas específicas no âmbito dos transportes e do ambiente houve uma maior articulação entre os fundos estruturais e o QCA, com o desenvolvimento inicial das redes transeuropeias finalmente consubstanciado em projetos e fundos que permitam que a sua coerência seja assegurada e, enfim, não há evidências que a limitação das contas públicas tenham tido um impacto negativo na programação, porém tendo sido necessário manter que a situação se mantinha assegurada.

Não obstante, na avaliação de 2003 foram ditados alguns aspetos críticos ao QCA III, e na atualização de 2005 (Tabela 4) não só esses aspetos foram confirmados como alguns novos aspetos surgiram, como por exemplo o impacto geral do QCA na produtividade revela-se mais diversificado do que foi esperado, obrigando o período programático seguinte a um reforço neste domínio. Este é um dos domínios essenciais no âmbito da imaterialidade do QCA III, simbolizando um dos muitos aspetos que justificaram a mudança posterior das prioridades políticas, procurando uma transição sustentada de um modelo programático em que os investimentos em infraestruturas são predominantes para um outro em que predominam os fatores imateriais do crescimento económico.

Tabela 4 - Valores da revisão intercalar do QCA III de novembro de 2004

Portugal dispõe de 20.530 milhões		Fundos reservados para a reserva de eficiência – 1356 Milhões de euros	
FEDER	13.309 Milhões de euros		919 Milhões de euros
FSE	4706 Milhões de euros		261 Milhões de euros
FEOGA-O	2289 Milhões de euros		169 Milhões de euros
IFOP	226 Milhões de euros		7 Milhões de euros

Fonte: Quadro Comunitário de Apoio III, 2005

No caso das iniciativas de promoção da chamada Sociedade da Informação, a avaliação de 2005 denotou impactes significativos do QCA, como no exemplo

da plataforma B-on, apontada como um disseminador de largo alcance de conhecimento científico e técnico.


Outras realizações do QCA a este nível revelam um contributo elevado essencialmente ao nível da administração pública, com aumentos de eficácia na desmaterialização de serviços e processos. Por fim, as pontes construídas pelo QCA entre o território e a sociedade de informação poderiam significar um contributo para a governança dos governos locais e assim através de novos métodos de governo local conseguir atingir o desenvolvimento local mais acelerado.

4.2. Avaliação intercalar e reprogramação do PO AGRO

O Programa Operacional da Agricultura e Desenvolvimento Rural teve início no período entre 2000 e 2006, denominado como PO AGRO (Tabela 5), este programa enquadra-se no objectivo principal de “incentivar uma sólida aliança entre a agricultura, enquanto actividade moderna e competitiva, e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais nas vertentes ambiental, económica e social” (QCA III, 2000), visando objetivos específicos de reforço da competitividade económica, preservação dos valores ambientais e da coesão social, de apoio à multifuncionalidade das explorações de cariz agrícola, de desenvolvimento da inovação agrícola, valorização do território dos diversos aglomerados rurais, melhoria das condições de vida e de trabalho das populações rurais, e por fim o objetivo do incentivo à organização, iniciativa e associação dos agricultores.

Tabela 5 – Eixos do programa operacional para a agricultura e desenvolvimento rural

Eixo 1	Elevar o Nível de Qualificação e Promover o Emprego e a Coesão Social
Eixo 2	Alterar o Perfil Produtivo em Direção às Atividades do Futuro
Eixo 3	Afirmar a Valia do Território e a Posição Geoeconómica do País
Eixo 4	Promover o Desenvolvimento Sustentável das Regiões e a Coesão Nacional



Estes são eixos setoriais que fazem parte dos programas operacionais regionais	
--------------------------------------------------------------------------------	--

Fonte: Quadro Comunitário de Apoio III, 2000

Segundo o sumário executivo deste Programa Operacional, ele subdivide-se em 13 medidas, a seguir identificadas:

1. Modernização, Reconversão e Diversificação das Explorações;
2. Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas;
3. Desenvolvimento Sustentável das Florestas;
4. Gestão de Infraestruturas Hidro-Agrícolas;
5. Prevenção e Restabelecimento do Potencial de Produção Agrícola;
6. Engenharia Financeira;
7. Formação Profissional;
8. Desenvolvimento Tecnológico e Demonstração;
9. Infraestruturas Formativas e Tecnológicas;
10. Serviços Agro-Rurais Especializados;
11. Assistência Técnica FEOGA-Orientação;
12. Assistência Técnica FSE;
13. Assistência Técnica FEDER

O Programa Operacional da Agricultura e Desenvolvimento Rural teve no total 5 reprogramações financeiras (QCA III, 2000). Inicialmente o programa foi aprovado pela Comissão Europeia em 30 de outubro de 2000 (Decisão C (2000) 2878). Em 2002 a 1ª reprogramação financeira foi aprovada, sendo as principais alterações:

- No âmbito da medida "Modernização, reconversão e diversificação dos investimentos nas explorações" surgiu uma exceção para os investimentos nas novas plantações de vinhas. Estas alterações foram aprovadas na sua versão final em novembro de 2001, nos termos do nº3 2º parágrafo, 1º travessão, do artigo 37º do Regulamento (CE) nº 1257/1999.
- Um pedido com vista a incluir no programa operacional uma descrição dos regimes de ajuda no âmbito da medida 7 "Formação Profissional".

A seguinte reprogramação do agro tinha como objetivo fortalecer a dotação do FEOGA-O no ano de 2002 em 7.500 milhões de euros especificamente direcionados para a medida "Modernização, reconversão e diversificação dos investimentos nas explorações" por intermédio da Decisão C(2003)189 de 10 de março. Não obstante a Comissão Europeia não autorizou esta medida com a justificação de não ser possível proceder em 2003 a alterações de financiamentos

relativos a 2002, deste modo o montante transitou para o financiamento de 2003.

A terceira reprogramação surge com a decisão C (2003) 2664 de 16 de julho de 2003, e trata o seguinte:

- Reforço da dotação FEOGA-O que transitou para o financiamento de 2003.
- Modificação dos quadros financeiros, nomeadamente no que diz respeito à componente privada da medida 6 "Engenharia Financeira" e da medida 9 "Infraestruturas formativas e tecnológicas".

Seguidamente a quarta reprogramação surge com a Decisão C (2003) 4527, de 27 de novembro 2003, que teve como objetivo reforçar a dotação do FEOGA no ano de 2003 para a medida "Prevenção e Restabelecimento do Potencial de Produção Agrícola" do qual do total de 15.000.000 euros, 5.000.000 foram para o financiamento da medida "Modernização, Reconversão e Diversificação das Explorações Agrícolas e os restantes 10.000.000 euros provenientes dos PO Regionais Norte, Centro e Alentejo."

A última reprogramação foi declarada pela CE em dezembro, Decisão C (2004) 4780 de 3 de dezembro, com a 5ª reprogramação financeira deste programa operacional foram acrescentados ao PO AGRO 105,8 milhões de euros de financiamento resultantes das Reservas de Eficiência e de Programação.

Esta última reprogramação trouxe ainda as seguintes alterações: refinanciamento de 4,5 milhões de euros no FEOGA, vindos dos Programas Operacionais Regionais Norte, Centro e Alentejo, com o objetivo de repor parte do financiamento que tinha sido transferido da ação "Modernização, Reconversão e Diversificação das Explorações" para a "Prevenção e Restabelecimento do Potencial de Produção Agrícola". Outra alteração ao financiamento ocorreu com uma transferência interna de 3.5 milhões de euros do FEDER para o FSE com o objetivo de reforço de formação de quadros técnicos superiores e obtenção de formadores para áreas imprescindíveis a competitividade.

4.3. O PO Norte e a Medida 7.1 (Agricultura e Desenvolvimento Rural)

A nível de demografia, a região do Norte, em 2004, vinha de uma década de crescimento, superando mesmo as médias europeias e do continente, tendo em conta que entre 1985 e 1991 (Eurostat, 2010) esta região Norte assinalou um saldo negativo de migrações internas, (-6086 indivíduos) superando apenas o Alentejo, o Centro e a Madeira. Nos anos 2000 o Norte de Portugal apresentava-se como sendo a zona do continente com a população mais jovem, residindo

nesta região 42% das crianças entre os 0 e os 14 anos e 41 dos 15 aos 24, jovens, do total nacional (QCA III, 2004).

A nível de emprego nos anos 2000 a região Norte era caracterizada pela predominância da agricultura, tanto como atividade principal da população, bem como principal fonte de rendimento, a par disso o norte caracteriza-se por um elevado nível de especialização industrial, particularmente nos setores tradicionais. A estrutura laboral da zona norte pode-se dividir em 3 áreas, a zona metropolitana do Porto grande aglomerado de serviços, comércio e alguns polos de indústria; orla circundante onde os polos industriais se situam maioritariamente, superando a média nacional, e por fim as zonas maioritariamente rurais onde a mão-de-obra ativa se divide entre a agricultura e serviços não comerciais.

Consequentemente as habilitações dos trabalhadores sugeriam valores bem abaixo da média, também se assinalava remunerações abaixo da média nacional, precariedade laboral, e modelos de mão-de-obra que resistem as inovações.

A nível da coesão social há três fatores que se associam a região Norte no que concerne ao bem-estar das populações o mal preparado sistema de proteção social, baixas remunerações e as baixas qualificações da população. Geralmente entre 1990 e 1996, o rendimento médio disponível para as famílias aumentou, não obstante observou-se igualmente um acentuar das desigualdades entre as famílias mais pobres e as mais ricas.

Deve-se ressaltar que a pobreza está relacionada com o território, e apesar de a pobreza tradicional ligada ao mundo rural se manter, este foi um período onde a nova pobreza relacionada com os territórios de aglomerados populacionais surgiu.

A nível cultural e de património arquitetónico e natural, eles apresentam-se muito disseminados pela região e são de grande qualidade, podendo até mesmo ser considerados como um cartão-de-visita da região.

Economicamente, o VI Relatório sobre a coesão económica e social permite perceber que entre 1968 e 1996 ocorreu uma redução das disparidades de rendimento entre a população dos diversos Estados-membros, sendo que Portugal e as suas regiões também acompanharam esta tendência, no que concerne a convergência real existia ainda uma falha e respeitante ao progresso de Portugal perante os seus parceiros europeus pois em 1996, 5 das 7 regiões estavam presentes na lista das 25 regiões mais pobres da EU (EUR-Lex, 2003), sendo que a região Norte era nesse ano a 23ª região mais pobre da UE, não obstante, desde 1986 ter subido 9 lugares neste ranking e também o crescimento do PIB por habitante, que entre 1986 e 1996 passou de 51% para 62% da média comunitária, o que traduz uma clara intenção de atingir o objetivo da convergência.

A estrutura económica da região, analisada por grandes setores e segundo os dados do INE de 2001, caracteriza-se pela forte presença do setor secundário (industrial), que a par do setor terciário (comércio e serviços), ocupam cada um cerca de 43% da população ativa, ficando o setor primário com os restantes 14%.

No que concerne à atividade turística são conhecidas as debilidades estruturais da região: baixo nível médio de qualificação das pessoas, escassez de instrumentos de gestão moderna nas unidades hoteleiras, desigualdades de desenvolvimento entre o litoral e o interior e ainda a sazonalidade da procura motivada pelo clima. Apesar destas dificuldades a região demonstrou-se capaz de se afirmar como um polo turístico, começando a competir por um desenvolvimento diferenciado do que se concentra apenas no litoral. Um dos contributos para isso foi o aprofundar da parceria entre o público e o privado em projetos comuns, que "poderá favorecer a resolução de alguns problemas estruturais, dinamizar o aproveitamento de atrativos subexplorados e fomentar um maior equilíbrio entre as diferentes componentes de oferta turística" (QCA III, 2004).

No que concerne à agricultura, apesar das dificuldades como o minifúndio, a idade avançada dos agricultores, a dispersão das propriedades, a região norte apresenta-se como uma região de excelência nos setores do leite e dos vinhos, também se caracterizando por possuir diversos produtos com denominação de origem protegida, e também indicação geográfica protegida, fruto de uma agricultura sustentável. Territorialmente, a zona norte situa-se no arco atlântico "território marcado por contrastes evidentes entre o nível de desenvolvimento dos grandes polos urbanos do litoral e do vasto território predominantemente rural do interior" (QCA III, 2004). Este interior enfrenta o problema da desertificação rural, da fraca capacidade de fixação de população jovem com habilitações médias ou superiores, a escassa capacidade empresarial e uma ainda deficiente rede de comunicações, limitando o mercado. Em contrapartida, estes territórios rurais possuíam características únicas como um património cultural rico, espaços de elevada qualidade ambiental e paisagística, solo fértil para a agricultura e por fim variedades autóctones de diversas produções agropecuárias e outras passíveis de certificação.

Assim sendo urgia encontrar formas de promover e gerir espaços de sustentabilidade. Como consequência da transferência do direito comunitário para o direito nacional, as ZPE Zonas de Proteção Especial passam para a alçada da Rede Natura 2000. Cerca de 40% do território regional tem esse estatuto de área protegida. Os locais que fazem parte da Rede Natura 2000 tal como o PNPG, os Parques de Montesinho, do Alvão ou do Douro Internacional, e também outras áreas de paisagem protegida fazem parte de um alargado património ambiental associados a uma diversidade cultural que representam um recurso a ser valorizado no contexto da promoção integrada do seu território.

A estratégia de desenvolvimento para a região Norte no período entre 2000 e 2006 foi baseada essencialmente em vetores como a “qualificação das pessoas, a coesão social, o ordenamento do território e sustentabilidade do desenvolvimento, a competitividade da economia regional e a organização institucional” (QCA III, 2004).

PO NORTE	Investimento Total	Despesa Pública	Fundos
Total	4.909.904.305	4.684.445.979	2.865.072.447
Eixo Prioritário 1	1.211.528.416	1.211.349.683	859.609.989
Eixo Prioritário 2	311.968.680	311.968.680	233.976.495
Eixo Prioritário 3	3.386.407.209	3.161.127.616	1.771.485.963
Medida 3.11	426.903.757	289.707.208	214.203.000

Tabela 6– Eixos do Programa Operacional Norte e respetivo financiamento

O PO Norte contempla, como indicado na tabela 6, 3 eixos prioritários (Tabela 6), englobando várias medidas, das quais destacamos as seguintes:

- Eixo Prioritário 1- Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal
- Eixo Prioritário 2- Ações Integradas de Base Territorial o Medida2.2- Minho-Lima (FEDER)
- Eixo Prioritário 3- Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas

Estas prioridades derivam então do objetivo principal do programa, que passa por “promover o desenvolvimento sustentável da região do Norte, contribuindo decisivamente para a coesão nacional e regional” (ON - Operação Norte, Programa Operacional Regional do Norte 2000-2006). Aprovado em 28 de julho de 2000, este Programa define ainda 3 prioridades estratégicas:

- a) Melhorar a qualificação das pessoas, aumentar a sua empregabilidade e promover a coesão social;
- b) Promover os fatores de competitividade regional e valorizar os sistemas produtivos territoriais: esta prioridade pretendia trazer mais valor acrescentado à região através de criação de novos postos de trabalho, com empreendimentos empresariais e ajudar os jovens a fixarem-se na zona. Deste modo por intermédio destes factores pretende-se criar emprego, competitividade e desenvolvimento sustentável na região.

c) Promover as condições para um ordenamento do território equilibrado e sustentável.

4.3.1. Medida 3.11.– Agricultura e Desenvolvimento Rural (FEOGA)

A medida Agricultura e Desenvolvimento Rural prendeu-se a uma estratégia de incentivo a uma agricultura produtiva, direccionada para o mercado e competitiva, mas com preocupações de sustentabilidade nos planos ambiental, social e económico. Os objectivos desta medida 3.11 são os seguintes:

- Reforçar a competitividade económica das atividades e fileiras produtivas agroflorestais, salvaguardando os valores ambientais e coesão económica e social;
- Incentivar a multifuncionalidade das explorações agrícolas, compensando-as pela sua diversificação interna e viabilidade económica;
- Promover a qualidade e a inovação da produção agroflorestal e agrorural, com vista a obter um crescimento sustentado da produtividade e a responder eficazmente às novas exigências dos consumidores em matéria de qualidade e segurança alimentar;
- Valorizar o potencial específico dos diversos territórios rurais e apoiar o seu desenvolvimento e diversificação económica;
- Melhorar as condições de vida e trabalho dos agricultores e das populações rurais, através da promoção do emprego e da igualdade de oportunidades, da defesa dos rendimentos e da garantia de acesso aos recursos e serviços essenciais ao desenvolvimento humano;
- Apoiar a organização, associação e iniciativa dos agricultores nas vertentes socioeconómica e socioprofissional e dos demais agentes do desenvolvimento rural, considerando-os protagonistas e parceiros de primeira importância na definição e concretização da nova estratégia de desenvolvimento. Esta medida é co-financiada exclusivamente pelo FEOGA, secção Orientação (QCA III, 2000).

Estas medidas subdividem-se em 8 ações que abrangiam todos os setores dentro da região norte. No caso do projeto inerente a este relatório aqui apresentado, ele insere-se na medida 3.11, ação 7 que visa a Preservação e Valorização da Identidade dos Pequenos Aglomerados Rurais, o melhoramento da sua atratividade e potenciamento do seu desenvolvimento tanto económico como social, o melhoramento da qualidade de vida e de bem-estar da população rural, o aproveitamento dos recursos naturais e paisagísticos para o desenvolvimento económico, social e turístico, e por fim requalificação ambiental especificamente em áreas de interface com as explorações a nível coletivo.

Deste modo o programa AGRIS (Tabela 7) representa a Medida Agricultura e Desenvolvimento Rural de cada programa regional; no caso do PO Norte (Diário da República, 2001) e da medida 3.11 (Ação 7.1.), esta estratégia de desenvolvimento rural e agrícola teve como objetivo geral o incentivo de uma sólida aliança entre a agricultura, enquanto actividade produtiva moderna e cada vez mais competitiva, e o desenvolvimento sustentável das zonas rurais no âmbito económico, ambiental e social.

Tabela 7 – 8 Ações da medida AGRIS

Ação 1	Diversificação da pequena agricultura
Ação 2	Desenvolvimento dos produtos de qualidade.
Ação 3	Gestão sustentável e estabilidade ecológica das florestas.
Ação 4	Serviços à agricultura
Ação 5	Gestão de recursos hídricos e emparcelamento.
Ação 6	Caminhos e eletrificação rurais.
Ação 7	Valorização do ambiente e do património rural.
Ação 8	Dinamização do desenvolvimento agroflorestal rural.

Fonte: Diário da República, 2001

A ação 7.1. é então dedicada à recuperação e valorização do património natural, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural, tal como surge no Regulamento (CE) nº 1257/99 (alterado pelo Reg. (CE) nº 1783/2003). A comparticipação no âmbito destes projetos da ação 7.1. é de 100% para as despesas de elaboração, dinamização, acompanhamento e avaliação dos Planos de Intervenção para projetos de interesse coletivo e promovidos por entidades públicas; 75% para os projetos de interesse colectivo promovidos por entidades coletivas de carácter privado sem fins lucrativos; 50% para os financiamentos privados, incluindo as despesas de elaboração dos respetivos projetos.

Porém, o investimento total privado em cada projeto para cada plano de intervenção não deve descer abaixo dos 25% do financiamento comunitário e não pode ser dado financiamento superior a 25000€. A área de intervenção desta ação foram espaços tipicamente rurais com uma população não superior a 2000 habitantes, e que não podiam apresentar uma despesa global superior a 1 000 000 de euros; para além disto, os planos de intervenção não se podiam sobrepor, ou seja, para a mesma área ou espaço não podia haver outro projeto.

Os destinatários eram essencialmente agricultores, produtores florestais e suas associações, entidades públicas, associações de desenvolvimento local e regional, pessoas coletivas privadas, desde que não tivessem fins lucrativos e ainda atores de carácter coletivo de natureza local.

5. Aldeias Rurais do Vale do Lima

A região do vale do Lima é caracterizada por elementos de traça tradicional, entre os quais as aldeias rurais. Aldeias estas que pontuam o vale e que apresentam características similarmente distintas, que são portadoras de um potencial histórico, paisagístico e cultural, gerador de um encantamento digno de registo. Devido ao seu distanciamento dos grandes centros populacionais, foram ao longo das décadas sofrendo os efeitos da desertificação populacional e da passagem do tempo. Edifícios ruíram, fachadas deterioraram-se, trilhos foram progressivamente abandonados, hábitos foram descontinuados e tradições foram ficando guardadas somente na memória dos idosos, todavia permanecendo intacta a mística destes núcleos.

É nesta lógica de concertação que surgiu o projeto “Aldeias Rurais do Vale do Lima”, uma promoção conjunta da VALIMA, Associação de Municípios do Vale do Lima, da ADRIL, Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Lima e da ARDAL, Associação Regional de Desenvolvimento do Alto Lima. O projeto teve o intuito de promover novos domínios de competitividade no âmbito do turismo, lazer, ambiente e cultura do sistema urbano, consolidar e reforçar níveis de excelência em matéria ambiental e de ordenamento, regular os impactes sociais da crise do mundo rural através do reforço das dinâmicas locais com potencial de criação de novas atividades e empregos e da promoção de níveis acrescidos de integração das intervenções no espaço público e de ambiente social.

Para o cumprimento de tais objetivos, surgiu uma articulação supramunicipal e interinstitucional que se revelou fulcral, por potenciar o aparecimento de um conjunto de projetos inovadores que possibilitaram uma resposta adequada e sustentada para a questão em causa. Este projeto concretizou-se em três fases, cada uma com quatro candidaturas, perfazendo um total de doze candidaturas apresentadas e já aprovadas no âmbito da referida Ação 7.1. Recuperação e Valorização do Património, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural, no quadro do AGRIS, candidaturas autónomas mas teoricamente conectadas aos planos de intervenção realizados nos núcleos rurais.

Os núcleos abrangidos neste projeto foram numa primeira fase: Soajo, no concelho de Arcos de Valdevez, lugar da Passagem de Moreira, Geraz do Lima, no concelho de Viana do Castelo, Vilar do Monte, no concelho de Ponte de Lima e Lindoso, no concelho de Ponte da Barca. Na segunda fase foram intervencionados os núcleos de Ermelo, no concelho de Arcos de Valdevez, São Lourenço da Montaria, no Concelho de Viana do Castelo, Cabração, no concelho de Ponte de Lima e Germil, no concelho de Ponte da Barca.

A terceira fase teve intervenção em outros quatro núcleos rurais: Sistelo, Arcos de Valdevez, Sobredo, de Ponte da Barca, Labrujó, de Ponte de Lima e Santa Leocádia, em Viana do Castelo.

Este projeto visou interceder em doze núcleos populacionais, inseridos no meio rural do vale do Lima, três por cada concelho do vale, promovendo a sua valorização e revitalização. Assim, pretendeu-se desencadear um conjunto integrado de ações que permitiram: conhecer as realidades de cada um dos núcleos populacionais em causa de forma a melhor adaptar-lhes um plano de intervenção, desenvolver e implementar uma estratégia de requalificação e revitalização dos núcleos rurais intervencionados que foi extrapolada e ajustada a outras aldeias rurais do vale do Lima.



Imagem 2 -Mapa das aldeias rurais do Vale do Lima

Foi recuperado património edificado, de modo a promover uma consequente melhoria da qualidade de vida da população residente, promoveu-se a preservação e usufruto do património natural e cultural de que são detentoras, atraiu-se investimento, de modo a diversificar a base económica local, promoveu-se a revitalização demográfica, detendo, ou pelo menos desacelerando, o ritmo da desertificação e combatendo, assim, o envelhecimento da estrutura etária destes núcleos populacionais rurais. Em suma, o vale do Lima como um todo empenhou-se numa estratégia conjunta de valorização do património e das comunidades rurais com o objetivo de inverter o processo de desertificação e envelhecimento populacional.

Foi fornecido um conjunto de instrumentos eficazes por um universo de atores, de carácter público e privado, com influência nas áreas assinaladas a serem intervencionadas. Tratou-se de uma verdadeira parceria que visou o desenvolvimento sustentável do mundo rural.

Os destinatários deste projeto foram a população residente nos núcleos populacionais rurais alvo de requalificação, as associações desportivas, culturais, empresariais, ambientais locais e regionais e agentes privados, empreendedores e investidores.

Através da observação de núcleos rurais em decadência, nomeadamente no concelho de Arcos de Valdevez, concelho onde se situam as aldeias do projeto aqui analisado, surgiu a necessidade de melhoramento do potencial turístico através da reestruturação da paisagem arquitetónica de edifícios particulares e públicos desenquadrados da traça típica da zona histórica a que pertencem, enquadrando-os assim na paisagem típica da região, preservando o conceito de aldeias históricas. Nessa medida foi apresentada a já referida candidatura no quadro do PO Norte (AGRIS), Ação 7.1., através de uma estratégia concertada entre a população dos 3 núcleos intervencionados, Soajo, Ermelo e Sistelo, ARDAL e a Câmara Municipal de Arcos de Valdevez.

Os objetivos gerais destas candidaturas foram:

- a) Aumentar os níveis de formação e informação da população, fazendo-as sentir integradas e motivadas para a candidatura e no próprio objetivo comum;
- b) Fortalecer e tornar mais coesa a rede institucional;
- c) Melhorar o nível de vida das populações locais;
- d) Melhorar os rendimentos das populações locais através da alteração da paisagem, de um melhor enquadramento na natureza e, para os que assim pretendem, a alteração das próprias casas direcionando-as para o turismo rural (ARDAL, 2002).

Estes três núcleos rurais alvo de intervenção são similares (Tabela 8), em termos populacionais, sociais, territoriais e económicos, sendo possível fazer uma análise comum dos mesmos.

	População Residente	População Presente	Famílias	Alojamentos
Ermelo 2011	92	92	48	165
Soajo 2011	986	967	500	1076
Sistelo 2011	273	268	116	221

Fonte: INE, 2011

Tabela 8 – Dados Estatísticos dos Núcleos Rurais do Vale do Lima

A nível social é comum entre os três núcleos a inexistência de serviços de assistência médica e social, o contínuo despovoamento populacional, a população envelhecida e reduzida, o escasso dinamismo social e associativo também é um ponto fraco, bem como baixos níveis de escolaridade e formação profissional. A nível dos benefícios, encontramos as habilidades, conhecimentos, tradições, usos e costumes, para além de alimentação e água de grande qualidade.

No que concerne ao patamar institucional, as 3 aldeias têm uma rede institucional difusa e de intervenção individualizada, estruturas de apoio do Estado ineficientes, políticas de desenvolvimento económico do governo central inadequadas à região e pouco dinamismo associativo local. Em contrapartida há um grande dinamismo de entidades de apoio social e a localização geográfica, parcialmente integradas no Parque Nacional da Peneda-Gerês também constitui um ponto forte, dado que atrai turismo à região.

No que diz respeito ao ambiente estas povoações enfrentam extremas ou rigorosas condições climáticas, orografia agreste e declives acentuados, degradação paisagística (abandono de terras agrícolas, socalcos). Por outro lado é uma região de abundantes recursos hídricos, excelentes condições naturais de ambiente e paisagem.

Economicamente, Soajo Sistelo e Ermelo caracterizam-se por serem regiões geradoras de fracos recursos económicos, dado que toda a atividade económica está excessivamente dependente da agricultura, produção agrícola vegetal exclusiva para o auto-consumo, explorações agrícolas de reduzidas dimensões, muito fragmentadas e com fracos acessos, dificuldade de comercialização dos produtos agrícolas, escassas actividades complementares do rendimento, inexistentes iniciativas empresariais e oportunidades de emprego.

A nível económico apresentam vantagens como a agricultura assente na produção de raças autóctones em regime extensivo, grandes áreas de baldio com excelentes potencialidades para a produção florestal, grande potencialidade para o aproveitamento turístico de natureza ambiental, histórico e religioso, enquadramento no PNPG, com efeito importante ao nível da promoção e comercialização dos produtos e destino turístico, região fronteiriça, importante na perspetiva de comercializar produtos e atrair clientes, recursos históricos e patrimoniais de grande potencialidade para aproveitamento de comercialização económica.

O fato das 3 aldeias se localizarem em território de montanha e parcialmente integrado numa área protegida – Parque Nacional da Peneda-Gerês, único a nível nacional com esta classificação, torna-as capaz tirar partido de uma imagem de marca de qualidade superior. para a comercialização de produtos locais. Há excelentes potencialidades para o desenvolvimento do turismo de natureza, histórico, religioso e ambiental/paisagem e desenvolvimento de rotas culturais, aproveitando a grande riqueza ao nível património natural, edificado, cultural, para além da sua localização estratégica interessante face a dois grandes mercados consumidores, o eixo Porto-Braga e a Galiza. Características estas que ponteiavam esta zona de montanha de oportunidades únicas para o turismo, e para o seu desenvolvimento tanto económico como social.

5.1. Soajo

O núcleo de Soajo foi o primeiro a ser intervencionado, sendo a candidatura datada de fevereiro de 2002, com operações direcionadas para a requalificação de espaços públicos, e recuperação de construções rurais de traça tradicional. A intervenção teve início a 10 de setembro de 2002 e terminou a 31 de dezembro de 2004. Teve um total de 24 promotores, 22 privados e 2 públicos, e a estimativa global de despesas ascendeu aos 649 235€, com um investimento privado de 300 000€ (ARDAL, 2002).

Em termos de morfologia terrestre, o núcleo rural do Soajo caracteriza-se por ser uma área montanhosa de orografia agreste em que os declives variam entre os 140 e os 1416 metros de altitude em apenas 8 km. A população residente em 2000 era de 11569, em que mais de 50% dos ativos se dedicavam ao setor primário (Gráfico 4) (INE, 2001); atualmente, o Soajo tem 59,1 km² de área e 986 habitantes.

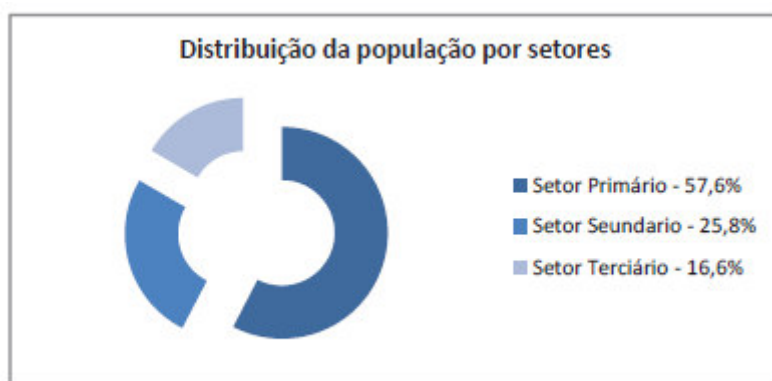


Gráfico4 -Distribuição da população por setores (Fonte: INE,2011)

Soajo caracteriza-se historicamente por ser uma freguesia mítica, da qual se conta que nenhum nobre poderia permanecer em terras de Soajo mais tempo do que o arrefecer do pão na ponta de uma lança (Iria Gonçalves, 2011).

No que concerne à subsistência socioeconómica da população nestas regiões serranas, onde é praticamente impossível manter uma agricultura capaz de garantir sustento para a população residente, surgem os socacos onde os declives são atenuados e há mais superfície arável. O assentamento e localização do aglomerado rural do Soajo resulta numa sintetização de condicionalismos e oportunidades da geologia, da litologia, do relevo isométrico e de exposição aos quadrantes de melhor insolação (ARDAL, 2002).

A estrutura económica da população à altura, era frágil e reduzida, sendo de realçar o excessivo peso do setor primário, em que 221 das 523 das famílias residentes possuíam exploração agrícola (INE, 2001). No que concerne à população residente, praticamente metade dos alojamentos estão vagos, não só devido à emigração, mas também porque se trata de uma região própria de turismo de aldeia, que no verão tem muita afluência.

Soajo pela sua riqueza patrimonial, ambiental, paisagística, de tradições e integração no Parque Nacional da Peneda-Gerês, possui condições únicas para o desenvolvimento do setor turístico, sendo que, tem uma oferta turística que compreende 19 casas de turismo de aldeia e 1 casa de turismo em espaço rural. A estratégia de intervenção em área de montanha, isolada, carenciada e em declínio populacional, foi acima de tudo centrada nas pessoas colocando-as no centro das atividades a desenvolver, foram consideradas prioritárias e não como recursos que utilizam o seu potencial, foram a base da estratégia, não as suas necessidades.

Comprometeram-se a ser trabalhados os seus aspetos sociológicos na perspetiva de devolução do orgulho perdido da dignificação das atividades em meio rural, da promoção dos seus modos de vida da recuperação e valorização dos seus símbolos patrimoniais, que pela sua genuinidade transmitem características próprias de orgulho e identificam o indivíduo com a comunidade onde nasceu. A evolução da população na vila de Soajo ao longo dos anos variou negativamente (Gráfico 5), essencialmente na população presente que passou de 1480 pessoas em 1981 para 967 em 2011 (INE, 1981/ INE, 2011). No que concerne aos núcleos familiares aumentaram significativamente entre 1981 e 2011 o que leva a crer que apesar de muita população ter saído da vila, cada vez mais famílias se formam dentro da mesma, mesmo que não estejam presentes durante a maior parte do ano.

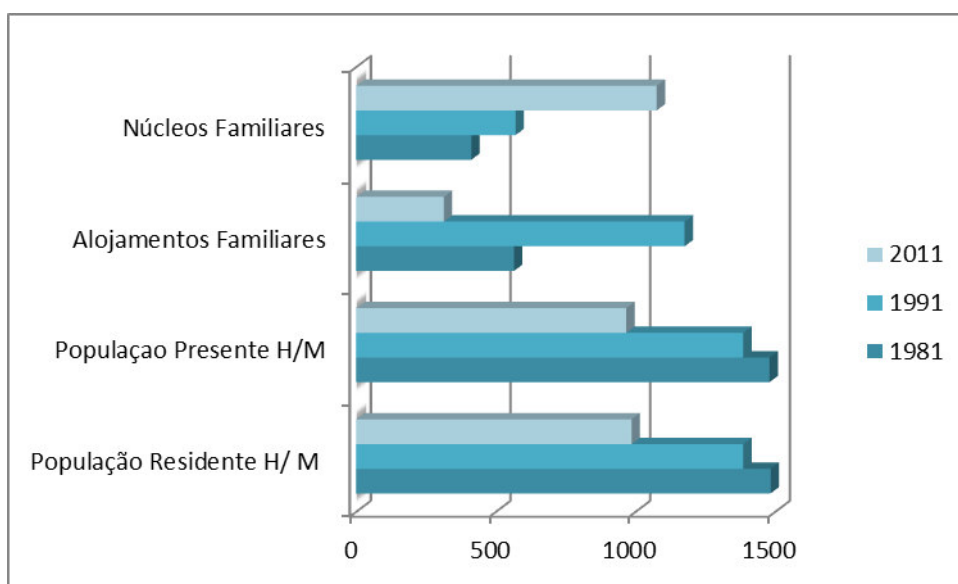


Gráfico 5 – Evolução demográfica em Soajo, (1981/1991/2011)

5.2. Ermelo

Outra candidatura conjunta enquadrada no projeto da VALIMA que foi realizada pela ARDAL foi a da freguesia de Ermelo em agosto de 2002, teve um total de 25 promotores dos quais 24 eram privados, montante global de despesas era de 750 000€ em que o custo do investimento privado era de 400 000€, principiou-se em 1 de dezembro de 2003 e terminou em 31 de dezembro de 2005. (ARDAL, 2002).

A área de intervenção é de meia-encosta, montanhosa, situada na vertente do monte Gião para o Rio Lima, parte do PNPG, possui declives médios de 19.2% pois varia entre os 50m e os 800 metros de altitude em apenas 3.9km. Possui cerca de 142 habitantes e, onde, 43% da população ativa dedica-se a agricultura o equivalente a 61 indivíduos (INE, 2001).

Ermelo é detentora de um microclima que permite a produção de uma laranja de características únicas devido às particulares climáticas da região. Historicamente atribui-se aos monges de Cister o aparecimento desta cultura pelo facto de a maior concentração de laranjeiras de circunscrever à área do couto conventual (Daniel Fernandes, 2001).

Socioeconomicamente, as atividades predominantes eram o granjeio de socalcos, a atividades agropecuárias, e o cultivo e apanha da laranja, atividades sustentadas pela população residente, predominantemente envelhecida.

Em termos de povoamento o núcleo intervencionado caracteriza-se especificamente por serem construções recentes afastadas dos traços tradicionais. A emigração contribuiu para a rutura com os tradicionais meios construção e meios de transmissão de conhecimento.

Assistiu-se a uma predominância dos modelos mais fortes e modernos em detrimento dos mais antigos e enquadrados na paisagem, símbolo da vivência e da história. Estratégia de intervenção semelhante à candidatura do Soajo concentrando-se nas pessoas colocando-as no centro das atividades a desenvolver, elas foram consideradas prioritárias.

Sendo trabalhados os aspetos sociológicos na perspetiva de devolução do orgulho perdido, da dignificação das atividades em meio rural da promoção dos seus modos de vida e recuperação e valorização dos seus símbolos patrimoniais.

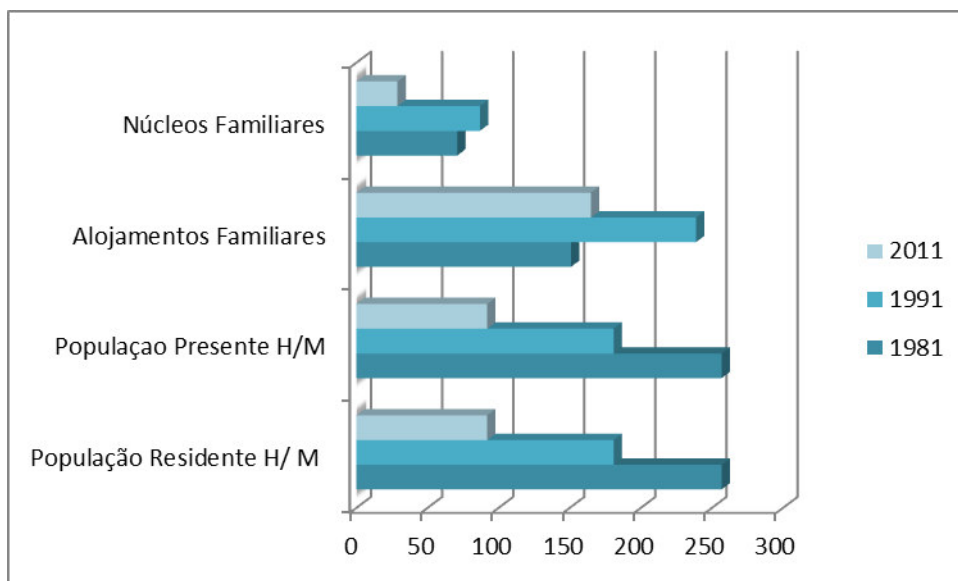


Gráfico 6 - Evolução demográfica em Ermelo, (1981/1991/2011)

Em Ermelo segundo o gráfico 6, verificamos uma constante regressão ao longo dos anos, na população que habita a aldeia, a população residente passou de 250 em 1981, para apenas 92 nos Censos de 2011, reduzindo para menos de metade a população da aldeia, situação eu evidência a desertificação eu afeta estes meios rurais e que cada vez mais tende a piorar.

5.3. Sistelo

Posteriormente, em fevereiro de 2003, surgiu a candidatura a recuperação e valorização do núcleo rural de Sistelo. Geograficamente, o núcleo rural de Sistelo integra o PNPG, possui uma morfologia montanhosa com vales profundos, o declive médio é de 17% e varia entre os 180m e os 1370m de altitude em apenas 7 km, a população à semelhança dos núcleos rurais anteriormente descritos é diminuta, cerca de 341 habitantes onde cerca de 87% se dedicava à agricultura em que para aumentar a área arável e contrariar os declives a população construiu socalcos.

A população, tradicionalmente, centra-se nas zonas de maior aptidão agrícola pois a ocupação do espaço está relacionada com a atividade económica de maior protagonismo na região. Economicamente a população caracterizava-se por uma frágil e reduzida estrutura económica, assente na agricultura de subsistência vocacionada para o autoconsumo e complementada pelas reformas e remessas de emigrantes.

A nível populacional, como podemos verificar no gráfico 7, a evolução demográfica em Sistelo, também tem evoluído negativamente, apesar de menos expressiva face ao caso de Ermelo, a população tem abandonado a aldeia passando de 544 pessoas presentes em 1981 para apenas 252 em 2011, verificamos assim que a população em menos de 30 anos reduziu para mais de metade, situação que tende a agravar-se.

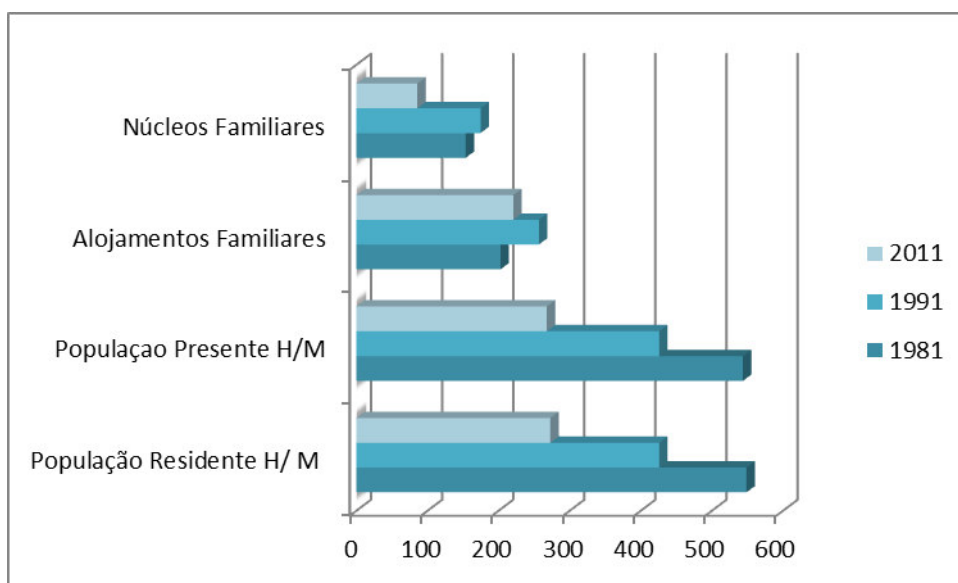


Gráfico 7 - Evolução demográfica em Sistelo, (1981/1991/2011)

6. Observação do Terreno e Entrevistas

6.1. O caso do Soajo. O antes e o depois

Soajo assemelha-se a um núcleo rural totalmente distanciado a nível demográfico e de desenvolvimento de Sistelo e principalmente de Ermelo, é a vila com mais população e que, por consequência está mais desenvolvida a nível de serviços à população, comércio e acima de tudo das mentalidades dos habitantes, e até mesmo de emprego que a zona rural oferece. Não obstante, esta vila à semelhança das outras duas aldeias sofre com a emigração, em que durante o inverno são poucos os jovens que habitam estes núcleos pois foram a procura de uma vida melhor, e só voltam no verão onde o Soajo se enche de juventude e alegria com as festas da terra.

O projeto é datado de fevereiro de 2002 e contou com um total de despesas que ascendeu aos 649 235,00€. Foram intervencionados organismos públicos como o edifício da Junta de Freguesia, o adro da igreja, para além de algumas casas privadas de pessoas que estão emigradas e 2 casas de turismo, uma situada numa zona mais circundante que já fechou e outra bastante central, que acolhe praticamente todos os visitantes do Soajo.

Falando com a população, a ideia que nos transmitiram é de que estavam satisfeitos com tudo o que foi feito pela aldeia. Segundo o atual presidente da junta de freguesia, que na altura do projeto era tesoureiro, “o Soajo beneficiou muito, em que os privados estão satisfeitos com o que foi feito, pois não tinham dinheiro para renovar totalmente a título próprio”.

Apesar de terem sido poucas casas intervencionadas, a população vê o que foi feito essencialmente como uma mais-valia para o Soajo. Inclusive uma senhora que trabalhava no seu pequeno quintal, referiu-nos que na altura disse que não mas que, se fosse hoje já pensava 2 vezes, pois segundo a própria estava a precisar de renovar a sua casa e na altura teve medo. Quando questionado acerca da qualidade da construção (alguns populares haviam referido que os telhados deixavam entrar água), o senhor João L. refere que “os telhados eram muito baixos, deixavam entrar a água no inverno” mas admite que “era o que se usava antigamente” por isso fazia sentido que assim fosse.

No geral a população achou benéficas a nível visual e turístico as intervenções, referem que se fossem também interiores talvez tivessem mais população a aderir mas que assim “foi muito bom para nós, que nos lembra o antigamente e também para cá vem fica mais bonito” (Maria S.). A população também foca o facto de a intervenção se enquadrar nas tradições da vila, mas salvaguardam o facto de atualmente existirem construções de traços modernistas que destoam totalmente do característico da vila tradicional.



Imagem3 –Casa ainda não intervencionada
(Soajo,2000)



Imagem4 – Casa ainda não intervencionada
(Soajo,2000)



Imagem5 – Casa intervencionada (Soajo, 2016)



Imagem6 - Casa intervencionada (Soajo, 2016)



Imagem7 –Rua intervencionada (Soajo, 2016)

6.2. O Ermelo: um território desertificado

No caso do núcleo rural de Ermelo as candidaturas foram efetuadas em agosto de 2002 e a intervenção decorreu pouco depois, como referimos acima. Em 20 de junho de 2016 encontrámos aqui uma população residente já muito escassa e envelhecida, mas também, como pudemos verificar, muito debilitada em termos monetários.

A opinião geral é a de que “lavaram a cara mas deixaram o estômago sujo” (opinião de António M.). Este residente, apesar de não ter participado no projeto, refere o caso da sua sogra, que participou, e a observação que fazem é que apesar do que fizeram por fora ter sido bem feito, a casa por dentro não tem condições e agora não têm dinheiro para a renovar. Algumas das queixas também são direcionadas à construção, onde se aponta que “o empreiteiro quis fazer tudo barato e deixou tudo mal feito”: segundo o senhor António entra muita água pelo telhado e a estrutura da casa, sendo em madeira, degradou se.

Ermelo é uma aldeia desertificada, onde nenhuma das casas inicialmente intervencionadas está a ser usada, pois a população que participou nas candidaturas é maioritariamente idosa e atualmente está a residir fora com filhos e familiares. Três razões foram apontadas pela população para o abandono das residências: a insuficiente capacidade monetária para concluir as obras no interior, acabamentos mal feitos pelo empreiteiro (casas onde se infiltra a água) e, por fim, a população idosa não ter capacidade física para limpar o interior e principalmente o exterior das residências de modo a torná-las mais habitáveis.

José P., que vive com a mulher e a cunhada, tem uma opinião semelhante, pois acha que “as casas estão mal acabadas por fora, com entrada de água, tudo foi mal feito, fizeram por fora mas deixaram por dentro por fazer”; referiu também que o seu filho comprou uma casa intervencionada e que, depois de a restaurar, pretende torná-la num alojamento local para turismo, embora possivelmente com financiamento próprio.

O Presidente da Junta à data (em 2002), João B., define os projetos como um sucesso, contrastando com a opinião geral, e explica que inicialmente a população foi completamente esclarecida acerca do que consistia a candidatura, que “era apenas telhados fachadas, logradouros muros e portões, tudo o que interferia na visão do visitante”, o objetivo era pois o de criar uma identidade, bem como esclareceu quanto ao montante que teriam de pagar e o quanto seria financiado. Segundo o Sr. João, na altura todos aceitaram, e passados os 5 anos ninguém reclamou. Alegou ainda que as pessoas têm esta opinião desfavorável porque não compreenderam o que as engenheiras da ARDAL explicaram “iludidos com a galinha dos ovos de ouro”, tendo ainda acrescentado que o empreiteiro, entretanto falecido, cumpriu com tudo o que foi proposto.

Ermelo foi a primeira aldeia que visitámos, tendo-nos dado uma imagem bastante negativa, pois apesar de terem sido várias casas intervencionadas, nenhuma estava habitada, os telhados deixavam entrar água, a tinta não parecia boa, os acabamentos eram maus e inclusive perigosos para os proprietários, maioritariamente idosos com dificuldade de locomoção (como no caso de José P.). Após visitar e questionar a população das restantes aldeias, chegámos à conclusão que este retrato negativo se prende essencialmente com a mentalidade e com a especificidade da população desta aldeia.

Apesar de as pessoas falarem mal do que foi feito, questionaram-me várias vezes se iriam voltar a fazer o mesmo futuramente, parecendo confirmar o que disse o senhor João B., que as pessoas estavam a espera da “galinha dos ovos de ouro” e, como as casas estavam degradadas por dentro, queriam que também fossem remodeladas por dentro.



Imagem8 –Casa ainda não intervencionada(Ermelo, 2000)



Imagem9 - Casa ainda não intervencionada (Ermelo, 2000)



Imagem10 - Casa ainda não intervencionada (Ermelo, 2000)



Imagem12 - Casa ainda não intervencionada (Ermelo, 2000)



Imagem11 – Parque intervencionado (Ermelo, 2016)



Imagem13 – Casa Intervencionada (Ermelo, 2016)



Imagem14 – Casa Intervencionada (Ermelo, 2016)



Imagem15 – Casa intervencionada (Ermelo, 2016)



Imagem16 – Casa intervencionada (Ermelo, 2016)

6.3. Sistelo: o pequeno oásis

Posteriormente surgiu a candidatura de Sistelo em fevereiro de 2003, um pequeno núcleo situado no topo da montanha, junto à antiga barragem do Lindoso, um verdadeiro paraíso para quem procura tranquilidade. A aldeia de

Sistelo situa-se no coração do parque nacional da Peneda-Gerês, proporcionando assim a preservação das suas características naturais e tradicionais da população. Com o projeto teve-se como objetivo a preservação e recuperação das típicas casas de granito, dos espigueiros e de alguns espaços públicos, bem como de casas de turismo rural.

Miguel E., que teve duas das suas casas intervencionadas e que atualmente estão como casas de turismo (as casas do avô e da avó), mostrou-se satisfeito, pois segundo ele “ajudaram-me a fazer o que sozinho não podia fazer”. Referiu que, caso não tivesse ajuda comunitária, provavelmente as suas casas estariam totalmente degradadas.

Em Sistelo foram intervencionadas outras duas casas de turismo, a Casa da Teresinha e a Casa do Forno que, segundo Jorge S. R., foram muito bem arranjadas e davam muita projeção à aldeia. Este mesmo senhor demonstrou a sua insatisfação aquando das candidaturas, pois ele inicialmente queria colocar a sua casa também no projeto e, segundo o próprio, as técnicas não permitiram: “deram a desculpa que a minha casa não dava por estar muito longe do centro”. Porém, “quando viram que tinham pouca aderência já me vieram procurar, mas aí não quis”.

De todos os núcleos intervencionados, Sistelo, na nossa opinião foi o que maior sucesso teve, na medida em que, sendo uma aldeia remota, sem nada à volta num raio de quilómetros, possui trilhos pedestres que vão da vila dos Arcos de Valdevez até à aldeia, através das belíssimas paisagens, tendo por isso bastantes visitantes, tanto no verão como no inverno (ao contrário das outras duas aldeias de montanha, mais visitadas no verão).

De resto, apesar de o inverno ser severo nesta região, as casas de turismo de Sistelo têm sempre visitantes alojados, estando muitas vezes esgotadas durante grande parte do ano.



Imagem17 - Casa não intervencionada (Sistelo, 2000)



Imagem18 – Espaço intervencionado (Sistelo, 2016)



Imagem19 – Casa intervencionada (Sistelo, 2016)



Imagem20 – Casa intervencionada (Sistelo, 2016)

6.4. Entrevistas com os responsáveis pelas candidaturas

Para o nosso trabalho foi igualmente relevante o conjunto de depoimento que recolhemos junto de alguns dos técnicos que estiveram envolvidos nos projetos. Eles surgem identificados nas tabelas seguintes apenas com um número, sendo as suas funções as que aqui se descrevem:

- Entrevistada 1: Técnica da ADRIL;
- Entrevistada 2: Técnica da ARDAL;
- Entrevistada 3: Técnica da ARDAL;
- Entrevistado 4: Arquiteto da Câmara Municipal dos Arcos de Valdevez.

Estas entrevistas focaram um conjunto diversificado de questões, das quais selecionamos algumas que apresentamos de seguida, tendo para o efeito recolhido os elementos mais significativos dos depoimentos.

Tabela 9 – Desafios do desenvolvimento rural atual (síntese de entrevista).

<i>Que desafios considera que se colocam ao desenvolvimento rural atualmente?</i>	
Entrevistado 1	O maior desafio é a alteração ao nível das tecnologias e as pessoas não estão preparadas para o acompanhar”.
Entrevistado 2	“Desinteresse da camada jovem com a agricultura que advém dos entraves de escoamento de produtos, falta de capacidade de combater os produtores de massas, a mão-de-obra, o interesse, a competitividade”.
Entrevistado 3	“Essencialmente, penso que os desafios que se colocam mais a frente dos produtores tradicionais nestas aldeias é a dificuldade que os mesmos tem de certificar os seus produtos, e que muitas vezes os vendem como sendo comuns”.

É necessário entender que a opinião de cada um dos entrevistados depende do ramo laboral e do meio pessoal a que estão inseridos. Por consequência, quando perguntados acerca dos desafios do desenvolvimento rural, que está intimamente ligado com o turismo rural, em 2016 as respostas foram díspares, pois a técnica da ADRIL considera que o maior entrave deve às tecnologias, e ao facto das pessoas não terem capacidade para obter esse financiamento por falta de conhecimento de tecnologias. Já as duas técnicas da

ARDAL consideram que o entrave ao desenvolvimento rural está relacionado sobretudo com a venda e escoamento de produtos, valorizando o associativismo transfronteiriço como preventivo da concorrência dos produtos industrializados, e a certificação alimentar.

Tabela 10 – Papel da qualificação da oferta turística e da cooperação entre parceiros no desenvolvimento do turismo rural (síntese de entrevista).

<i>Através da sua experiência considera que a estruturação e qualificação da oferta turística, a cooperação entre parceiros são fatores favoráveis ao desenvolvimento do turismo rural?</i>	
Entrevistado 1	“Sim, tem todo o interesse já que através de cooperação, à semelhança do que foi feito é possível fazer mais e melhor de uma maneira coesa”.
Entrevistado 2	“Beneficiaria se tivesse sido bem aproveitado, não se explorou nem rentabilizou o intercâmbio de produtos e ideias”.
Entrevistado 3	“Claro que sim, se houvesse mais intercâmbio comercial, por exemplo entre Portugal e Espanha, já que estamos a falar de um projeto situado no parque nacional seria uma intervenção mais coesa e que, possivelmente teria mais impacto”.

Quando perguntados acerca da estruturação, reorganização e qualificação da oferta turística, pudemos observar que chegaram a um ponto comum. Afirmam que faz todo o sentido a reestruturação da oferta turística, falando tanto em coesão a nível interno, por exemplo entre parceiros semelhantes, como também a nível externo, com Espanha, já que o parque nacional da Peneda-Gerês também faz parte do seu território. Então “porque não se faz?” Porque assim os

financiamentos, e o sucesso seriam partilhados. Por isso estas associações apesar de concordarem que seria benéfico, não o fazem.

Tabela 11 – Benefícios que podem ser gerados num território através do turismo (síntese de entrevista).

<i>Que benefícios pode ser gerados num território através do turismo?</i>	
Entrevistado 1	“O turismo dinamiza todas as atividades que o rodeiam”.
Entrevistado 2	“Todo o interesse para as aldeias de alta montanha. Tem o papel de impulsionador da economia local, onde podem surgir outros comércios onde os locais se possam fixar”.
Entrevistado 3	“Todos, o turismo dinamiza estas aldeias mais tradicionais, essencialmente no verão. Ganham vida”.
Entrevistado 4	“Pessoalmente entendo que o território que acolhe o turismo é que o influencia, de acordo com as suas especificidades. Considero, que seja uma relação de causalidade recíproca na medida em que o território proporciona o turismo, que gera riqueza para os habitantes”.

Segundo os entrevistados o turismo tem todo o interesse para um território. De modo unânime referiram que o turismo influencia o comércio, a população, os serviços, o investimento externo e ainda a curiosidade dos visitantes. Porém o busílis do turismo nestas aldeias é a sazonalidade que faz a aldeia morrer nos meses de inverno. É de referir que o arquiteto da câmara ressalvou uma ideia interessante, que o território também tem um papel influenciador no turismo nestes núcleos na medida em que ele tem características únicas que atraem os visitantes: é assim uma relação de causalidade.

Tabela 12 – Importância da identidade do território e da manutenção das suas características históricas para o desenvolvimento do turismo rural (síntese de entrevista)

<i>A identidade do território e a manutenção das suas características históricas são um fator importante para o desenvolvimento do turismo rural?</i>	
Entrevistado 1	“Sim, na medida em que preserva as suas capacidades históricas e atrai um género de turismo específico, o que

	dinamiza também todo o comércio local”.
Entrevistado 2	“Há público para tudo, para a natureza em si, para turismo tradicional, gastronómico. Como também há para o turismo de massas”.
Entrevistado 3	“O território é um fator preponderante principalmente para a população do interior que vive isolada, nestes casos é mais fácil preservar a identidade da população, e por sua vez, é essa identidade que atrai os curiosos”.
Entrevistado 4	“A preservação da identidade de um território como temos nos arcos é o que garante a diferenciação e a originalidade face aos restantes”.

A questão acerca da identidade do território e da sua influência no desenvolvimento do turismo rural do núcleo em que está inserido também suscitou uma opinião é unânime,

pois segundo os entrevistados o território é o que garante o interesse turístico nestas regiões, no sentido em que preserva a sua identidade e originalidade dos antepassados em que esta praticamente intocável, foi nesse sentido que foram feitas as 3 intervenções em Soajo Sistelo e Ermelo. Não obstante pude observar que cada vez mais estes núcleos estão a sofrer com o facto de os filhos da terra que estavam emigrados e começam a ver interesse na terra, construírem casas de traça modernista com linhas quadradas, o que destoa do típico da zona.

Tabela 13 – Balanço, após 10 anos, das intervenções levadas a cabo, nomeadamente do seu efeito no turismo após 10 anos (síntese de entrevista)

<i>Passados 10 anos do período, considera as intervenções feitas benéficas nomeadamente para o turismo?</i>	
Entrevistado 1	“Depende, as aldeias de passagem não têm muito turismo. Em Soajo, Lindoso e Cabração, a nível turístico notou-se a diferença, porém a emigração alterou muito pouco”.
Entrevistado 2	“Sim, apesar de se ter notado mais nuns sítios do que em outros. Em Ermelo não fez grande diferença, ao passo que em Sistelo alterou toda a dinâmica”.
Entrevistado 3	“Claro que sim, como é óbvio o que foi feito dinamizou a aldeia”.
Entrevistado 4	“Foram, mas principalmente no verão. No inverno quase nem se nota”.

Quando perguntados acerca de se foram benéficas as intervenções, verificamos que as respostas foram díspares, ainda que dentro da mesma linha, pois todos consideram que foram benéficas, embora as opiniões variem desde o “completamente benéficas” ao “sim mas pouco”. Segundo 2 das técnicas entrevistadas, as intervenções tiveram mais impacto numa aldeias do que outras, o que está relacionado com o nível de desenvolvimento e com as perspetivas que se oferecem a cada uma. Em contrapartida, o arquiteto da CMAV reconheceu que, tendo sido benéficas, essa vantagem é mais visível na época estival.

Tabela 14 – Opinião sobre se o que foi feito em 2000 teria o mesmo impacto hoje (síntese de entrevista)

<i>O que foi feito em 2000 teria o mesmo impacto hoje, tendo em conta os desafios?</i>	
Entrevistado 1	“Poderia ter o mesmo impacto, se fosse a começar agora, teria sempre”.
Entrevistado 2	“Agora tinha mais impacto”.
Entrevistado 3	“Penso que teria mais. Atualmente as pessoas tem a mente mais aberta e poderiam aderir ainda mais, o que com o projeto não aconteceu porque muitos desconfiavam de nós. Foi necessário conquista-los”.
Entrevistado 4	“Penso que não. Agora as pessoas que poderiam investir estão emigradas e as que estão cá já são muito velhas”.

Para as técnicas, as intervenções teriam tanto ou mais impacto em 2016 do que tiveram em 2000, reconhecendo que provavelmente agora teriam mais pois a população é outra, mais jovem, e mesmo a população envelhecida tem uma mentalidade mais aberta, já que elas reconhecem que tiveram grande dificuldade aquando das candidaturas devido à desconfiança da população face a algo novo. Para o arquiteto da CMAV não teria sentido uma intervenção hoje porque as pessoas que têm possibilidade de investir estão emigradas e as que cá estão já são muito velhas.

Tabela 15 – Perspetivas para uma intervenção semelhante na atualidade (síntese de entrevista)

Perspetiva algo dentro dos mesmos moldes?	
Entrevistado 1	“É difícil encontrar financiamento para projetos do mesmo género”.
Entrevistado 2	“Neste momento não. A zona do Minho já esta muito saturada da temática desenvolvimento rural e desenvolvimento do turismo rural. Mas quem sabe se um dia se volte a investir”.
Entrevistado 3	“Não. A ambição da ARDAL já não é direcionada para esses temas.”
Entrevistado 4	“Não, se algo fosse feito agora seria de encontro a espaços de lazer, essas aldeias não tem infraestruturas como parques públicos ou, parques de lazer para crianças e adultos, onde possam passar tempo de qualidade, sem sair da aldeia”.

Finalmente, quando questionados acerca da possibilidade de se fazer uma intervenção semelhante num futuro próximo, todos respondem que tal não é possível. As justificações dadas prendem-se com a dificuldade em encontrar financiamento, principalmente para o investimento em casas de turismo rural, e também o facto de o âmbito da ADRIL ser agora outro, não estando direcionada para o turismo rural: alegam de resto que o Minho está agora muito saturado de casas de turismo rural e por isso não faria sentido tal intervenção, porque essas aldeias necessitam mais de parques de lazer e de um sítio onde os moradores possam passar o dia sem saírem da aldeia.

Conclusão

Passados cerca de 15 anos da intervenção que foi feita nas aldeias do Vale do Lima pela ARDAL, pela ADRIL e pela ADERE-PG no âmbito do Programa Operacional Norte 2000- 2006, pode-se avaliar o impacto de uma maneira geral de positivo.

É certo que, de entre os populares, os habitantes das aldeias, o relato foi maioritariamente de agrado, sobretudo nos casos do Soajo e de Sistelo, pois eles descreveram a intervenção feita pela ARDAL como uma mais-valia para a aldeia, que lhe deu reconhecimento e a colocou como um ponto turístico a ser visitado dentro do concelho dos Arcos de Valdevez.

O caso de Ermelo é um caso algo distinto, na medida em que os habitantes se mostraram descontentes com o que foi feito, situação esta que atribuímos a características de maior fechamento da população residente, uma aldeia bastante envelhecida, muito afastada da vila, com muito escassa população, em que apesar de ter sido explicado que a intervenção apenas visava a recuperação de fachadas e outros espaços exteriores, as pessoas na verdade esperavam outro tipo de intervenção, mais ampla.

No que concerne aos técnicos responsáveis pelas candidaturas, mais de uma década depois, demonstram-se descontentes pela fraca adesão de alguns dos habitantes das aldeias, invocando razões como desconfiança, litígios de partilhas, falecimento e emigração dos proprietários, o que não obsta porém a que considerem que deveria ter havido mais intervenções e que as que foram feitas estas foram favoráveis para as aldeias, na medida em que as dotou de um património histórico e cultural valorizado, tornando-as assim num ponto a visitar a quem procura o norte para turismo rural e cultural. De um modo geral todos consideram que, se as intervenções fossem feitas em 2016, teriam tanto ou mais impacto do que tiveram na altura, revelando que as mentalidades já são mais abertas, as pessoas estão mais predispostas a visitantes e os filhos e netos da aldeia, apesar de alguns estarem emigrados, já cresceram, e neste momento estão a construir, a título pessoal nas aldeias, casas de turismo rural, e a restaurar casas privadas, mas todavia também a construir com base em modelos de arquitetura que se desenquadram da paisagem da vila.

Resumindo, de um modo geral as intervenções feitas foram uma mais-valia para as aldeias, apesar de o impacto ter possivelmente ficado aquém do ambicionado inicialmente.

No entanto, tudo o que foi feito contribuiu para a valorização do património rural destes núcleos tal e qual os conhecemos.

Respondendo a outra das perguntas iniciais deste relatório, devemos igualmente referir que as associações desenvolvimento local tiveram um papel relevante na dinamização do turismo nesta região, realçando as características

naturais e culturais das aldeias, que devemos considerar em risco, já que com o avançar do tempo e com o envelhecimento da população a memória tende a desaparecer, e assim estes lugares e estes patrimónios podem ficar esquecidos na história. Por isso, a iniciativa destas associações locais foi uma mais-valia para o património histórico destes núcleos, na medida em que lhes garantiu, ainda que apenas um pouco, o seu futuro.

Terá afinal valido a pena o investimento realizado? Na globalidade diríamos que sim, apesar de o impacto não ter sido igual em todas as aldeias. Há no entanto retorno para a população visitante, que agora possui trilhos e condições para poder visitar estas aldeias mais facilmente e assim também impulsionar a sua economia. O principal entrave à economia e ao desenvolvimento destes núcleos é ainda a sazonalidade, na medida em que, durante o verão, há os emigrantes, os turistas, os filhos da terra, que confraternizam e levam um ambiente de festa às aldeias, enquanto no inverno estas zonas entram em declínio, devido também ao clima muito severo.

Por fim, fazendo um balanço parcial da própria Política Agrícola Comum, sabemos que ela se foi reformulando e moldando de acordo com as necessidades e com os desafios de época e de cada região, passando de uma fase inicial em que o foco era o de assegurar bons preços aos consumidores, para uma fase seguinte, mais focada no apoio ao produtor

(década de 1990). Mais tarde a PAC alargam-se ao desenvolvimento rural, temática que abrange estas intervenções que analisamos neste relatório. A ARDAL sempre concentrou a sua atividade na PAC e nos fundos comunitários a ela conectados, desenvolvendo assim esforços dentro da sua área de atuação para promover o desenvolvimento rural e sustentável da região onde atua. Projetos como a recuperação das características históricas das aldeias rurais são o exemplo disso, na medida em que aqui alia-se o desenvolvimento do turismo rural à possível melhoria das condições de vida desta população, inerente designadamente ao aumento do turismo, importante para uma região que é consideravelmente desfavorecida face às restantes dado o seu distanciamento dos grandes centros urbanos.

Deste modo consideramos estas iniciativas e estas intervenções como bastante positivas, pois apesar de inicialmente não ser fácil obter a adesão desejada das populações, o resultado geral foi de facto uma maior afluência turística a estas regiões, criando assim um ponto de interesse cultural.

Bibliografia

a) Bibliografia geral

- BAPTISTA, F. O. (2001). *Agriculturas e Territórios*. Oeiras: Celta.
- CARVALHO, P. (2012). "Património e desenvolvimento em ambiente rural: lugares, rotas e redes". *Cadernos de Geografia*. Nº 30-31, pp.3-16.
- FERNANDES, D. (2001). "Produtos Tradicionais Portugueses - Laranja de Ermelo". Online: <http://tradicional.dgadr.pt/pt/cat/frutos-frescos/259-laranja-de-ermelo> [Acedido em: 23 out 2016].
- GONÇALVES, I. (2011). *Por Terras de Entre-Douro-e-Minho com as Inquirições de D. Afonso III*. Santa Maria da Feira: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória».
- ITB – Feira de Turismo de Berlim (2013). *World travel trends report 2013/2014*. Berlim: IPK International.
- JORNAL DE LEIRIA (2016). "Adesão de Portugal à UE: 30 anos depois, nível de vida continua inferior à média europeia". Online: <https://www.jornaldeleiria.pt/noticia/adesaode-portugal-ue-30-anos-depois-nivel-de-vida-continua-2816> [Acedido em: 23 out 2016].
- MATEUS, A. (2013). *25 Anos De Portugal Europeu*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- NUNES, A. (2012). "Visão sobre o Turismo no meio rural". Em *Rede, Revista Rede Rural Nacional*, 2, p.5.
- ROSA, E. (2013). "O investimento afunda-se em Portugal". Online: http://resistir.info/e_rosa/qren_22fev13.html#asterisco [Acedido em: 23 out 2016]
- ROSA, T. (2013). "Ordenamento do Território e Turismo - Paisagens, Identidades e Desenvolvimento dos Territórios Rurais". *RRN - Rede Rural Nacional*, 2.
- SACCO DOS ANJOS, F. (1997). *Agricultura familiar, abordagens teóricas e estratégias alternativas. pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil*. Estudos Sociedade e Agricultura. Pelotas: EGUFPEL.
- SCARLETT EPSTEIN, T. and JEZEPH, D. (2001). "Development—There is Another Way: A Rural–Urban Partnership Development Paradigm". *World Development*, 29(8), pp.1443- 1454.
- TEIXEIRA, P. (2013). "Turismo Rural Desafios Para o Turismo em Meio Rural". Em *Rede - Rede Rural Nacional*, 2, p.2.

TERLUIN, I. (2003). "Differences in economic development in rural regions of advanced countries: an overview and critical analysis of theories". *Journal of Rural Studies*, 19(3), pp.327-344.

b) Informação institucional, legislação e estatísticas

ARDAL - Associação Regional de Desenvolvimento do Alto Lima (2002). História. Online: <http://www.ARDAL.pt/modules/historia/> [Acedido em: 21 out 2016].

BES – Banco Espírito Santo (Açores) (2010). Caracterização e Oportunidades de Negócio Maio 2010. Online: <http://www.novobancodosacores.pt/site/?plg=3798eb34-b1b3-43a4-b689-d819a85c7e06> [Acedido em: 21 out 2016].

CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (2010).

Programas de Desenvolvimento Regional. Online: http://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=331&Itemid=229 [Acedido em: 21 out 2016].

CCDR-LVT - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (2000). Enquadramento QCA III. Online: <http://www.ccdr-lvt.pt/pt/enquadramentoqca-iii/104.htm> [Acedido em: 21 out 2016].

CCDRN - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (s.d.).

Programa Operacional Regional Norte 2020, Síntese do Programa. Online:

http://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/programa/brochura_web.pdf [Acedido em: 21 out 2016].

CE - Comissão Europeia (2010). Working papers, Work session on demographic projections Lisbon, 28-30 April 2010 edition. [online] <http://ec.europa.eu/eurostat/documents/3888793/5848129/KS-RA-10-009-EN.PDF/fbaff784-8e78-417b-8b51-7f8fdf2f3031> [Acedido em: 21 Oct. 2016].

CE - Comissão Europeia (2016). Desenvolvimento Rural 2014 - 2020. Online: http://ec.europa.eu/agriculture/rural-development-2014-2020/index_pt.htm [Acedido em: 21 out 2016].

CE - Comissão Europeia (s.d.). Disposições de Execução, Gestão do QCA Pela Autoridade de Gestão. Online: http://ec.europa.eu/regional_policy/archive/funds/prord/document/cca_pt7.pdf [Acedido em: 21 out 2016].

CEDRU - Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano (1993). Avaliação Exante do Plano de Desenvolvimento Regional para Portugal (1994/99). Online: <http://www.cedru.com/pt/o-que-fazemos/avaliacao-e->

monitorizacao/86-avaliacao-ex-antedo-plano-de-desenvolvimento-regional-para-portugal-199499 [Acedido em: 21 out 2016].

CITE - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (2007). Legislação Nacional - RCM 86 /07. Online: http://www.cite.gov.pt/Legis_Nac/ArquivoLN/LeisArqLN/RCM_86_07_03.htm [Acedido em: 21 out 2016].

DIÁRIO DA REPÚBLICA(1993). Lei 69/93, de 24 de Setembro. [online] Diários da República. <https://dre.tretas.org/dre/53615/> [Acedido em: 21 Oct. 2016].

DIÁRIO DA REPÚBLICA (2001). I Série-B Nº 22, 26 de Janeiro de 2001, Regulamento de Aplicação da Acção Nº 7, «Valorização do Ambiente edo Património Rural. Online: https://infoeuropa.eurocid.pt/opac/?func=service&doc_library=CIE01&doc_number=000037658&line_number=0007&func_code=WEB-FULL&service_type=MEDIA [Acedido em: 21 out 2016].

EUR- Lex – Base de Dados da UE (2005). Sistema de financiamento da política agrícola comum (PAC). Online: <http://eur-lex.europa.eu/legalcontent/PT/TXT/HTML/?uri=URISERV:l60024&from=PT> [Acedido em: 21 out 2016].

EUR- Lex. (2012). Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER). [online], <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=URISERV%3A160032> [Acedido em: 21 out. 2016].

EUR-Lex (2010) Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia ou Tratado CEE - texto original (versão não consolidada). (2010). EUR-Lex. [online] <http://eurlex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=uriserv:xy0023>. [Acedido em: 21 out. 2016].

EUR-Lex (2000). Regulamento (CE) n.o 814/2000 do Conselho de 17 de Abril de 2000. [online] <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=CELEX:32000R0814> [Acedido em: 21 out. 2016].

EUR-Lex (2000). Situação da agricultura na União Europeia - Relatório 1999 - VOLUME I -

Publicado em conjunção com o Relatório Geral sobre a Actividade da União Europeia em 1999.[online] Available at: <http://eur-lex.europa.eu/legalcontent/PT/TXT/?uri=CELEX:52000DC0485> [Acedido em: 21 out. 2016].

EUR-Lex (2003). COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO - Segundo Relatório Intercalar sobre a Coesão Económica e Social, 2003. [online] <http://eur-lex.europa.eu/legalcontent/PT/TXT/?uri=celex%3A52003DC0034> [Acedido em: 21 out. 2016].

EUROCID - Portal de Informação Europeia em Língua Portuguesa. (2015). Eurocid – Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos. [online]

http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=8642 [Acedido em: 21 out. 2016].

EUROCID (2014). Principais etapas dos apoios financeiros de 1957 a 2014. [online] http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=569 [Acedido em: 21 out. 2016].

GOVERNO DE PORTUGAL - Presidência do Conselho de Ministros. (2007). Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2007, Diário da República, 1.ª série — N.º 126 — 3 de Julho de 2007. [online] http://www.poph.qren.pt/upload/docs/legisla%C3%A7%C3%A3o/nacional/RC_M_86_2007_03.07.2007.pdf [Acedido em: 21 out. 2016].

GOVERNO DE PORTUGAL - Presidência do Conselho de Ministros. (2007). Resolução do Conselho de Ministros 86/2007. [online] <http://publicos.pt/documento/id635817/resolucao-do-conselho-de-ministros-86/2007> [Acedido em: 21 out. 2016].

GPP - Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (2005). Regulamento (CE) n.º 1290/2005 do Conselho, de 21 de Junho de 2005, relativo ao financiamento da política agrícola comum. [online]: http://www.gpp.pt/MA/Acucar/Reg_320_06.pdf [Acedido em: 21 out. 2016].

IGFSE -Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu (2007). Portugal Proposta De Programa Operacional Temático Factores De Competitividade 2007-2013 16 De Janeiro De 2007. [online] http://www.igfse.pt/upload/docs/gabdoc/2007/01-Jan/PO_Factores_Competitividade.pdf [Acedido em: 21 out. 2016].

IGFSE -Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu (2016). Glossário. Online: http://www.igfse.pt/st_glossario.asp?startAt=2&categoryID=305&newsID=1838&offset=5 [Acedido em: 21 out. 2016].

INCM - Imprensa Nacional- Casa da Moeda (2016). União Europeia. [online] https://dre.pt/ue/ue_desc.html [Acedido em: 21 out. 2016].

INE - Instituto Nacional de Estatística (2001). Censos 2001 – Unidades Territoriais (Soajo, Sistelo e Ermelo).

INE (1981). Censos definitivos, Recenseamentos da população e da habitação (Soajo, Ermelo e Sistelo).

INE (1991). Censos Provisórios (Soajo, Sistelo E Ermelo).

INE (2011). Censos definitivos - Resumo norte (Soajo, Sistelo e Ermelo).

INE (2011). População Residente, população presente, famílias, alojamentos e edifícios (Soajo, Sistelo e Ermelo).

JOCE - Jornal Oficial das Comunidades Europeias (2001). DIRECTIVA 2001/24/CE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 4 de Abril de

2001. [online]
<http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2001:125:0015:0023:PT:PDF> [Acedido em: 21 out. 2016].

OBSERVATÓRIO DO QREN (2007). A Política de Coesão até 2007. [online]
http://www.observatorio.pt/item1.php?lang=0&id_channel=18&id_page=13
[Acedido em: 21 out. 2016].

PE – Parlamento Europeu (2016). A Política Agrícola Comum após 2013 | Fichas técnicas da UE | Parlamento Europeu. [online]
http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU_5.2.9.html [Acedido em: 21 out. 2016].

PE – Parlamento Europeu (2016). Ao seu serviço | Parlamento Europeu. [online]
http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU_5.2.3.html , [Acedido em: 21 out. 2016].

PE - Parlamento Europeu (2016). O financiamento da PAC. [online]
http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU_5.2.2.html [Acedido em: 21 out. 2016].

POFC - Programa Operacional Temático Fatores de Competitividade (2012). Online:
http://www.pofc.qren.pt/resourcesuser/2012/pofc/20121219_po_factores_competitividade.pdf [Acedido em: 21 out. 2016].

PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural (2007-2013) (2005). Regulamento (Ce) N.O 1698/2005 Do Conselho, De 20 De Setembro De 2005, Relativo Ao Apoio A Desenvolvimento Rural Pelo Fundo Europeu Agrícola De Desenvolvimento Rural (Feader),. [online]
[http://www.proder.pt/ResourcesUser/Legisla%C3%A7%C3%A3o/Comunit%C3%A1ria/Versao_Consolidada/Regulamento\(CE\)_N_1698_2005.pdf](http://www.proder.pt/ResourcesUser/Legisla%C3%A7%C3%A3o/Comunit%C3%A1ria/Versao_Consolidada/Regulamento(CE)_N_1698_2005.pdf) [Acedido em: 21 out. 2016].

QCA III - Terceiro Quadro Comunitário de Apoio (2000). Quadro Comunitário de Apoio III.

QCA III - Gestão. [online] http://www.qca.pt/n_qca/gest_01.asp [Acedido em: 21 out. 2016].

QCA III (2000). AGRO Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural 2000-2006, Aprovado pela Comissão em 30 de Outubro de 2000. [online]
<http://www.qca.pt/pos/download/2000/agro.pdf> [Acedido em: 21 out. 2016].

QCA III (2000). ON - OPERAÇÃO NORTE Programa Operacional Regional do Norte 2000-2006 Aprovado pela Comissão em 28 de Julho de 2000. [online]
<http://www.qca.pt/pos/download/2000/on.pdf> [Acedido em: 21 out. 2016].

QCA III (2001). Portugal 2000 – 2006, relatório global quadro comunitário de apoio III e fundo de coesão II,[online] http://www.qca.pt/publicacoes/download/Relat_QCAIII_2001.pdf [Acedido em: 21 out. 2016].

QCA III (2004). Quadro Comunitário de Apoio III - QCA III - Estrutura e Âmbito de Intervenção. [online]: http://www.qca.pt/acessivel/n_qca/estr_03.asp [Acedido em: 21 out. 2016].

QCA III (2013). Relatório Anual de Execução 2006. Lisboa: Comissão de Gestão do QCA III

QCA III(s.d.). Quadro Comunitário de Apoio III - Fundos Estruturais - Estrutura e Âmbito de Intervenção. [online] <http://www.qca.pt/acessivel/fundos/estrutura.asp> [Acedido em: 21 out. 2016].

QCA III(s.d.). Quadro Comunitário de Apoio III - Programas Operacionais - AGRO. [online] <http://www.qca.pt/acessivel/pos/agro.asp> [Acedido em: 21 out. 2016].

QCA III (2003). Quadro Comunitário de Apoio III - Fundos Estruturais - FEOGA. [online] <http://www.qca.pt/acessivel/fundos/feoga.asp> [Acedido em: 21 out. 2016].

QCA III (s.d.). Quadro Comunitário de Apoio III - QCA III - Gestão. [online] http://www.qca.pt/acessivel/n_qca/gestao.asp [Acedido em: 21 out. 2016].

QCA III (s.d.). Quadro Comunitário de Apoio III - QCAIII - Controlo. [online] http://www.qca.pt/acessivel/n_qca/controlo.asp [Acedido em: 21 out. 2016].

QCA III (s.d.). Síntese Da Avaliação Intercalar Do Qca Iii Programa Operacional Da Região Do Norte. [online] http://www.qca.pt/publicacoes/download/AV_REGIONAIS.pdf [Acedido em: 21 out. 2016].

QREN - Quadro de Referencia Estratégica Nacional. (2015). R. [online] <http://www.qren.pt/np4/3095.html> [Acedido em: 21 out. 2016].

QREN (2016). O QREN em Números. [online] <http://www.qren.pt/np4/numeros> [Acedido em: 21 out. 2016].

QREN (s.d.). Observatório do QCA III Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. [online] http://www.qren.pt/np4/file/663/1_QREN_Quadro_de_Refer_ncia_Estrat_gico_.pdf [Acedido em: 21 out. 2016].

TERRAS DENTRO - Associação para o Desenvolvimento Integrado de Micro-Regiões Rurais (2016). Programa de Iniciativa Comunitária LEADER + / Terras Dentro. [online] http://www.terrasdentro.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=4

0:programa-de-iniciativa-comunitaria-leader-terras-dentro&catid=11&Itemid=130 [Acedido em: 21 out. 2016].

UE – União Europeia (2016). Uma Europa pacífica – Início da cooperação. [online] https://europa.eu/european-union/about-eu/history/1945-1959_pt [Acedido em: 21 out.2016].

Anexos

Anexo 1

Guião de entrevista aos responsáveis pelas candidaturas.

- Que desafios considera que se colocam ao desenvolvimento rural atualmente?
- Através da sua experiência considera que a estruturação e qualificação da oferta turística, a cooperação entre parceiros são fatores favoráveis ao desenvolvimento do turismo rural?
- Que benefícios podem ser gerados num território através do turismo?
- A identidade do território e a manutenção das suas características históricas são um fator importante para o desenvolvimento do turismo rural?
- Passados 10 anos do período, considera as intervenções feitas benéficas nomeadamente para o turismo?
- O que foi feito em 2000 teria o mesmo impacto hoje, tendo em conta os desafios?
- Perspetiva algo dentro dos mesmos moldes?

Anexo 2

Guião de entrevista aos habitantes nas aldeias

- Teve a sua casa intervencionada pela ARDAL no início de 2000?
- Conhece alguém que participou?
- Considera que a população está satisfeita com as reestruturações?
- A população está descontente com alguma situação?
- Passado tanto tempo acha que fazia sentido fazer algo dentro dos mesmos moldes?